



Cruzeiro do Sul
Educativa

CSED

B3 LISTED NM



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

**Demonstrações financeiras intermediárias
condensadas individuais e consolidadas
para o período findo em 30 de junho de
2026**



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial condensado da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. ("Companhia"), em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações condensadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado condensado da Companhia e suas controladas ("Consolidado") em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) condensadas, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado condensadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de agosto de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

BALANÇO PATRIMONIAL INTERMEDIÁRIO CONDENSADO

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	2	129.918	45.682	865.947	808.247
Contas a receber	3	54.958	54.572	254.547	204.074
Tributos a recuperar	4	2.245	2.107	23.629	19.396
Outros créditos	5	132.076	114.325	76.194	44.279
Total do ativo circulante		319.197	216.686	1.220.317	1.075.996
Não circulante					
Contas a receber	3	6.232	5.812	68.774	56.998
Adiantamentos para futuro aumento de capital	14	400.760	400.760	-	-
Depósitos judiciais	16	10.205	10.325	19.829	19.375
Tributos a recuperar	4	-	-	2.192	2.192
Outros créditos	5	189	203	46.649	40.785
Tributos diferidos	22	-	-	121.224	120.251
Investimentos	6	1.950.988	1.934.144	44	44
Imobilizado, líquido	7	113.135	110.590	570.265	581.125
Direito de uso	11	256.843	265.834	856.003	907.740
Intangível, líquido	8	44.709	50.679	1.905.032	1.926.105
Total do ativo não circulante		2.783.061	2.778.347	3.590.012	3.654.615
Total do ativo		3.102.258	2.995.033	4.810.329	4.730.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

BALANÇO PATRIMONIAL INTERMEDIÁRIO CONDENSADO

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	9	87.689	64.457	160.735	120.150
Obrigações com partes relacionadas	14	1.543	1.543	3.905	3.905
Obrigações trabalhistas	12	66.781	59.048	193.015	141.263
Obrigações tributárias	13	16.699	18.737	64.377	72.781
Adiantamentos de clientes	15	11.963	14.644	44.230	63.215
Passivo de arrendamento	11	47.671	44.483	153.210	149.215
Debêntures	10	24.471	20.232	188.257	129.437
Obrigações por aquisição de participações societárias	17	-	-	-	17.192
Receita diferida	18	-	-	722	722
Outras contas a pagar		2.348	1.783	12.279	7.557
Total do passivo circulante		259.165	224.927	820.730	705.437
Não circulante					
Passivo de arrendamento	11	302.807	313.978	945.700	1.001.390
Obrigações tributárias	13	-	-	82.941	91.082
Obrigações trabalhistas	12	2.625	6.049	2.625	6.049
Debêntures	10	850.000	850.000	1.167.154	1.235.078
Obrigações por aquisição de participações societárias	17	-	-	33.709	31.891
Provisão para demandas judiciais	16	11.859	9.424	73.477	59.742
Receita diferida	18	-	-	6.980	7.341
Outras contas a pagar		-	-	1.211	1.946
Total do passivo não circulante		1.167.291	1.179.451	2.313.797	2.434.519
Patrimônio líquido	19				
Capital social	19	1.203.576	1.203.576	1.203.576	1.203.576
Reserva de capital	19	102.993	102.993	102.993	102.993
Reservas de lucros	19	207.086	284.086	207.086	284.086
Lucros acumulados		162.147	-	162.147	-
Total do patrimônio líquido		1.675.802	1.590.655	1.675.802	1.590.655
Total do passivo e patrimônio líquido		3.102.258	2.995.033	4.810.329	4.730.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA CONDENSADA DO RESULTADO

Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora				Consolidado			
		01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025	01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025
		à 30/06/2026	à 30/06/2026	à 30/06/2025	à 30/06/2025	à 30/06/2026	à 30/06/2026	à 30/06/2025	à 30/06/2025
Receita líquida	23	207.730	386.754	191.383	360.387	780.315	1.482.274	721.094	1.392.868
Custo dos serviços prestados	24	(102.382)	(194.081)	(96.325)	(184.195)	(378.269)	(708.113)	(355.617)	(674.242)
Lucro bruto		105.348	192.673	95.058	176.192	402.046	774.161	365.477	718.626
(Despesas) e receitas operacionais:									
Despesas gerais, administrativas e comerciais	24	(149.293)	(300.753)	(108.200)	(222.424)	(250.578)	(482.423)	(238.037)	(411.549)
Resultado de equivalência patrimonial	6	185.789	355.492	95.239	227.648	-	-	-	-
Outras receitas, líquidas	24	529	907	1.145	1.742	8.438	10.603	8.009	14.039
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		142.373	248.319	83.242	183.158	159.906	302.341	135.449	321.116
Receitas financeiras	25.1	(2.192)	1.007	4.562	9.103	23.324	59.999	26.894	50.225
Despesas financeiras	25.2	(39.518)	(87.179)	(25.146)	(43.201)	(78.941)	(192.410)	(98.375)	(215.533)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		100.663	162.147	62.658	149.060	104.289	169.930	63.968	155.808
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	22	-	-	-	-	(4.809)	(8.756)	(3.045)	(6.897)
Diferido	22	-	-	5	14	1.183	973	1.740	163
Lucro líquido do período		100.663	162.147	62.663	149.074	100.663	162.147	62.663	149.074
Média ponderada das ações no período	20	364.542.552	364.542.552	364.542.552	364.542.552				
Lucro básico e diluído por ações em reais	20	0,2761	0,4448	0,1719	0,4089				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA CONDENSADA DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025	01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025
	à	à	à	à	à	à	à	à
	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025
Lucro líquido do período	100.663	162.147	62.663	149.074	100.663	162.147	62.663	149.074
Total do resultado abrangente do período	100.663	162.147	62.663	149.074	100.663	162.147	62.663	149.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA CONDENSADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

Notas	Reserva de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Emissão de ações	Total das reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.203.576	102.993	102.993	122.523	41.697	164.220	-	1.470.789
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	149.074	149.074
Dividendos pagos	-	-	-	(77.000)	-	(77.000)	-	(77.000)
Saldos em 30 de junho de 2025	1.203.576	102.993	102.993	45.523	41.697	87.220	149.074	1.542.863
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.203.576	102.993	102.993	227.546	56.540	284.086	-	1.590.655
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	162.147	162.147
Dividendos pagos	-	-	-	(77.000)	-	(77.000)	-	(77.000)
Saldos em 30 de junho de 2026	1.203.576	102.993	102.993	150.546	56.540	207.086	162.147	1.675.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA CONDENSADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		162.147	149.060	169.930	155.808
Ajustes de:					
Resultado de equivalência patrimonial	6	(355.492)	(227.648)	-	-
Depreciação e amortização	7 e 8	18.116	15.334	72.809	64.845
Depreciação do direito de uso	11	20.597	19.781	67.455	65.784
Amortização do custo de captação	10	331	119	801	839
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	17	-	-	1.890	1.847
Juros de debêntures	10	62.813	14.288	100.254	84.542
Juros sobre passivo de arrendamento	11	17.754	19.076	53.292	58.699
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	3	(474)	335	(4.724)	4.664
Provisão para demanda judicial	16	2.435	(609)	9.915	2.915
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	3	30.992	23.873	91.370	69.365
Baixa de imobilizado	7	498	484	3.630	1.180
Receita diferida sobre venda de imóvel	18	-	-	(361)	(361)
Baixa por descontinuidade de arrendamento	11	-	-	-	(191)
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa		(40.283)	14.093	566.261	509.936
Acréscimo (decréscimo) em ativos					
Contas a receber		(31.324)	(24.690)	(148.895)	(110.343)
Depósitos judiciais		120	410	(454)	2.236
Tributos a recuperar		(138)	(1.850)	(7.464)	(8.291)
Outros créditos		(17.664)	(10.963)	(36.513)	(32.224)
(Decréscimo) acréscimo em passivos					
Fornecedores		17.325	(6.549)	28.598	(5.014)
Obrigações trabalhistas		4.309	14.014	48.328	70.449
Obrigações tributárias		(2.038)	(1.127)	(18.764)	(10.404)
Obrigações com partes relacionadas		-	-	-	291
Adiantamentos de clientes		(2.681)	1.297	(18.985)	(10.073)
Outras contas a pagar		565	(381)	3.987	457
		(71.809)	(15.746)	416.099	407.020
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(3.306)	(6.716)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(71.809)	(15.746)	412.793	400.304
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos de controladas	6	338.575	-	-	-
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	17	-	-	(14.710)	(227.929)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	14	-	(202.787)	-	-
Aquisição de imobilizado	7	(6.886)	(6.067)	(21.121)	(23.616)
Aquisição de intangível	8	(2.396)	(6.088)	(11.398)	(15.545)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		329.293	(214.942)	(47.229)	(267.090)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos	19	(77.000)	(77.000)	(77.000)	(77.000)
Captação de debêntures	10	-	298.547	-	298.547
Pagamento de debêntures principal	10	-	-	(13.562)	(55.563)
Pagamento de debêntures juros	10	(58.905)	-	(96.597)	(69.435)
Pagamento de arrendamento principal	11	(19.589)	(22.379)	(67.413)	(70.416)
Pagamento de arrendamento juros	11	(17.754)	(19.076)	(53.292)	(58.699)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(173.248)	180.092	(307.864)	(32.566)
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa		84.236	(50.596)	57.700	100.648
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do período		45.682	58.930	808.247	555.331
No fim do período		129.918	8.334	865.947	655.979
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		84.236	(50.596)	57.700	100.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA CONDENSADA DO VALOR ADICIONADO

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas	1.476.448	1.575.416	4.636.151	4.823.029
Receitas de serviços	1.505.559	1.599.081	4.708.103	4.884.976
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(30.992)	(23.873)	(91.370)	(69.365)
Resultados não operacionais	1.024	208	12.965	7.390
Construção de ativos próprios	836	-	6.432	-
Outras receitas	21	-	21	28
Insumos adquiridos de terceiros	(248.189)	(192.289)	(438.044)	(392.790)
Custos de produtos e serviços vendidos	(207.909)	(159.798)	(371.598)	(337.492)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(39.782)	(32.007)	(62.816)	(54.118)
Perda na realização de ativos	(498)	(484)	(3.630)	(1.180)
Retenções	(38.714)	(35.115)	(140.264)	(130.629)
Depreciação e amortização e depreciação do direito de uso	(38.714)	(35.115)	(140.264)	(130.629)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.189.545	1.348.012	4.057.843	4.299.610
Valor adicionado recebido em transferência	356.499	237.549	60.056	54.994
Receitas financeiras	1.007	9.103	59.999	50.225
Aluguéis	-	798	57	4.769
Resultado de equivalência patrimonial	355.492	227.648	-	-
Valor adicionado a distribuir	1.546.044	1.585.561	4.117.899	4.354.604
Distribuição do valor adicionado	1.546.044	1.585.561	4.117.899	4.354.604
Empregados	171.370	128.588	517.003	412.103
Remuneração direta e encargos	145.302	111.700	448.810	363.943
Benefícios	15.365	10.489	36.142	26.547
FGTS	10.703	6.399	32.051	21.613
Impostos, taxas e contribuições	20.402	39.738	69.029	136.303
Federais	2.172	22.517	12.323	81.206
Estaduais	64	81	70	88
Municipais	18.166	17.140	56.636	55.009
Remuneração de capitais de terceiros	87.191	43.596	192.502	215.992
Despesas financeiras	87.179	43.201	192.410	215.533
Aluguéis	12	395	92	459
Bolsa de estudo	1.104.934	1.224.565	3.177.218	3.441.132
Bolsa de estudos e descontos	1.104.934	1.224.565	3.177.218	3.441.132
Remuneração de capitais próprios	162.147	149.074	162.147	149.074
Lucros retidos do período	162.147	149.074	162.147	149.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice

1.	Informações gerais	12
2.	Caixa e equivalentes de caixa	17
3.	Contas a receber	18
4.	Tributos a recuperar	20
5.	Outros créditos	20
6.	Investimentos	21
7.	Imobilizado	23
8.	Intangível	25
9.	Fornecedores	28
10.	Debêntures	28
11.	Arrendamentos	30
12.	Obrigações trabalhistas	34
13.	Obrigações tributárias	34
14.	Partes relacionadas	38
15.	Adiantamentos de clientes	41
16.	Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais	41
17.	Obrigações por aquisições de participações societárias	47
18.	Receita diferida	48
19.	Patrimônio líquido	48
20.	Resultado por ação	49
21.	Instrumentos financeiros e gestão de riscos	50
22.	Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido	57
23.	Receita líquida	59
24.	Custos e despesas por natureza	60
25.	Resultado financeiro	64
26.	Transações que não afetam o caixa	66
27.	Eventos subsequentes	66

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Cruzeiro do Sul Educacional” ou “Companhia”), com sede em São Paulo-SP, localizada na Rua Cubatão, 320 – Vila Mariana, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada na B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”), no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código CSED3, onde negocia suas ações ordinárias. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de educação básica, educação profissional de nível médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

Em 30 de junho de 2026, a Cruzeiro do Sul Educacional e suas controladas contavam com dezessete instituições de ensino superior, sendo universidades, centros universitários e faculdades, quatro colégios, uma holding e uma empresa patrimonial, conforme abaixo:

- Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo – SP;
- Universidade de Franca, Franca – SP;
- Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba – SP;
- Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília – DF;
- Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, Salto e Itu – SP;
- Faculdade São Sebastião, São Sebastião – SP;
- Faculdade Caraguatatuba, Caraguatatuba – SP;
- Sociedade Educacional Santa Rita, Caxias do Sul – RS;
- CESUCA – Complexo de Ensino Sup. de Cachoeirinha, Cachoeirinha – RS;
- Sociedade Educacional São Bento, Bento Gonçalves – RS;
- Sociedade Educacional Santa Tereza, Caxias do Sul – RS;
- Colégio Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Colégio Alto Padrão, Franca – SP;

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Colégio Itu, Itu – SP;
- Colégio Salto, Salto – SP;
- Grupo Veritas, São Paulo – SP;
- Grupo Unipê, João Pessoa – PB;
- Sociedade Educacional Braz Cubas, Mogi das Cruzes – SP;
- Centro de Estudos Superiores Positivo, Curitiba – PR;
- Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas, Londrina – PR;
- FAPI - Centro de Ensino Superior de Pinhais, Pinhais – PR.

1.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitido pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS” (*IFRS Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC Interpretations*), aplicáveis a elaboração do Formulário de Informações Trimestrais - ITR, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de agosto de 2026.

1.3. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”) e do valor adicionado (“DVA”)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento.

A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as normas contábeis IFRS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2026, a Companhia passou a apresentar a linha de “Receita com Construção de ativos próprios”. Em 30 de junho de 2025, os valores comparativos dessa linha totalizavam R\$1.532 na controladora e R\$4.987 no consolidado.

1.4. Consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas compreendem as demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2026. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiverem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à controlada.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia, utilizando práticas contábeis consistentes.

Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações entre controladas são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido, e não só no resultado do exercício.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 as participações permanecem iguais àquelas apresentadas em 31 de dezembro de 2025.

1.5. Notas explicativas não apresentadas

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas, os princípios, as estimativas, as práticas contábeis, métodos de mensuração e normas adotadas são consistentes com as apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025. Por isso, essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, emitida em 25 de março de 2026.

Baseados na avaliação da Administração sobre os impactos relevantes das informações a serem divulgadas, as notas explicativas listadas abaixo não são apresentadas ou não estão no mesmo grau de detalhamento das notas integrantes das demonstrações financeiras anuais:

- Políticas contábeis materiais;

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas;
- Teste de *impairment* de ativos não financeiros;
- Movimentação do tributo diferido;
- Seguros.

1.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis as empresas em geral e não apenas as instituições financeiras, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA").

As alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 entraram em vigor em 1º de janeiro de 2026. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

1.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

CPC 51/IFRS 18 "Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras"

Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- (a) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
- (b) Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.
- (c) A maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 “Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações”

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas da Companhia.

1.8. Reforma tributária sobre o consumo

Em decorrência da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da Lei Complementar nº 214/2025, alterada pela Lei Complementar nº 227/2026, que instituíram o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), a Companhia iniciou ações para adequação ao novo sistema de tributação sobre o consumo, observando o cronograma de transição estabelecido pela legislação.

Para suportar esse processo, a Companhia constituiu estrutura de governança específica para monitorar os impactos da Reforma Tributária e implementou iniciativas de revisão de processos, sistemas e controles internos, incluindo adequações em sistemas ERP, parametrizações fiscais, cadastros, faturamento, apuração de tributos e gestão de créditos fiscais. Adicionalmente, conta com o suporte de assessorias especializadas para avaliação dos impactos tributários, contábeis, operacionais e financeiros decorrentes do novo modelo tributário.

Durante o exercício de 2026, caracterizado como período de testes operacionais do IBS e da CBS, a Administração acompanha a evolução da regulamentação e avalia os impactos relacionados ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos novos tributos, em linha com as orientações da Orientação Técnica CFC nº 01/2026. A Companhia também monitora os efeitos de mecanismos previstos na nova legislação, como o split payment, bem como os impactos sobre seus processos operacionais, financeiros e de controles internos.

A Administração continua avaliando os impactos decorrentes das normas complementares já publicadas, incluindo a Resolução CGIBS nº 6/2026 e o Decreto nº 12.955/2026, bem como demais regulamentações a serem emitidas pelos órgãos competentes. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos materiais que demandassem ajustes relevantes em suas demonstrações financeiras, permanecendo o monitoramento contínuo dos efeitos da Reforma Tributária durante o período de transição.

2. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Banco conta movimento	1.710	2.101	7.431	8.374
Equivalentes de caixa	128.208	43.581	858.516	799.873
Total	129.918	45.682	865.947	808.247

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O grupo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos numerários mantidos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo que possuem liquidez inferior a 90 dias, sem risco de alteração de valor quando do resgate antecipado.

Em 30 de junho de 2026, as aplicações de renda fixa estão concentradas em operações de CDB e compromissadas, substancialmente indexadas à variação de 92% a 101,5% do CDI (90% a 101,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025). Tais operações estão contratadas com instituições financeiras nacionais que possuam *rating* correspondente a AAA, divulgados pelas três principais agências de risco.

3. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Mensalidades (i)	87.302	91.827	261.683	269.492
Crédito universitário (ii)	14.712	15.169	152.998	138.438
Acordos em andamento (iii)	19.884	16.887	93.967	86.679
Cartões a receber (iv)	7.939	5.844	69.419	24.326
FIES a receber (v)	138	263	10.657	8.846
Outras contas a receber	-	-	-	134
Subtotal	129.975	129.990	588.724	527.915
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (vi)	(67.238)	(67.585)	(247.913)	(244.629)
Ajuste a valor presente	(1.547)	(2.021)	(17.490)	(22.214)
Total	61.190	60.384	323.321	261.072
Circulante	54.958	54.572	254.547	204.074
Não circulante	6.232	5.812	68.774	56.998

- (i) Corresponde às mensalidades a receber, dos alunos, provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.
- (ii) Compreende às mensalidades a receber objeto de financiamento próprio (Creducsul) e privado (Pravaler).
- (iii) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões (crédito e débito) ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento.
- (iv) Cartões a receber é representado por valores de mensalidades pagos com cartões de crédito.
- (v) O FIES é um financiamento educacional operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como agentes financeiros. Os valores contratados pelos alunos são repassados em forma de Certificados Financeiros do Tesouro Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser utilizados para compensação de tributos federais ou convertidos em caixa.

Para que o aluno contrate o FIES, é necessário que seja apresentado fiador ou que o aluno opte pelo Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies), um fundo administrado pela CEF com finalidade de compartilhar o risco em operações de crédito educativo. O parcelamento próprio é uma modalidade de cobrança que permite aos alunos pagarem a dívida no dobro do tempo do curso. Os valores são atualizados conforme o reajuste dos preços dos serviços e sem a incidência de juros.

- (vi) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Também são constituídas provisões para financiamentos próprios e FIES, de acordo com a estimativa da futura inadimplência. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber conforme as diretrizes do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Após um ano completo de aplicação da nova política de PECLD, implementada em 2025, a Administração passou a dispor de informações históricas mais robustas acerca do comportamento da carteira de recebíveis e da efetividade do modelo adotado. Com base na análise histórica da relação entre a despesa de PECLD e a receita líquida, foi identificada a necessidade de aprimoramento da estimativa, de forma a mitigar a sazonalidade observada na constituição da provisão ao longo do exercício, especialmente nos trimestres ímpares.

A movimentação da provisão para créditos para perdas estimadas com liquidação duvidosa está demonstrada a seguir.

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2024	65.578	234.726
Perdas estimadas líquidas	23.873	69.365
Baixa contra contas a receber (i)	(18.748)	(56.563)
Saldos em 30/06/2025	70.703	247.528
Saldos em 31/12/2025	67.585	244.629
Perdas estimadas líquidas	30.992	91.370
Baixa contra contas a receber (i)	(31.339)	(88.086)
Saldos em 30/06/2026	67.238	247.913

- (i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 1 ano o título é baixado, bem como a respectiva provisão para perdas. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas revisaram os percentuais de perdas por faixa de vencimento. Os resultados permaneceram consistentes com o histórico e com as premissas da matriz de provisão. Assim, para o período findo em 30 de junho de 2026, os percentuais permaneceram consistentes, capturando adequadamente o comportamento do risco de crédito.

A composição dos valores a receber por faixa de vencimento é apresentada a seguir.

	Controladora				Consolidado			
	30/06/2026	%	31/12/2025	%	30/06/2026	%	31/12/2025	%
A vencer	26.845	20%	24.238	18%	257.379	44%	195.628	38%
Crédito universitário	13.397	10%	13.672	11%	146.118	25%	130.859	25%
Acordos em andamento	5.280	4%	4.308	3%	30.025	5%	30.141	6%
Cartões a receber	7.939	6%	5.844	4%	69.419	12%	24.326	5%
FIES a receber	138	0%	263	0%	10.657	2%	8.846	2%
Mensalidades a receber	91	0%	151	0%	1.160	0%	1.322	0%
Outras contas a receber	-	0%	-	0%	-	0%	134	0%
Vencidos	103.130	80%	105.752	82%	331.345	56%	332.287	62%
Até 180 dias	63.839	50%	67.185	52%	214.629	36%	222.465	41%
Acima de 180 dias	39.291	30%	38.567	30%	116.716	20%	109.822	21%
Total	129.975	100%	129.990	100%	588.724	100%	527.915	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
IRRF sobre aplicação financeira	2.131	1.986	21.163	16.722
INSS a recuperar	-	-	2.358	2.358
IR/CS saldo negativo	-	-	517	517
IRRF sobre folha de pagamento	-	-	45	45
Demais impostos a recuperar	114	121	1.738	1.946
Total	2.245	2.107	25.821	21.588
Circulante	2.245	2.107	23.629	19.396
Não circulante	-	-	2.192	2.192

5. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo indenizatório sobre provisão de contingência e despesas recuperáveis (i)	113	85	46.629	40.706
Adiantamentos a fornecedores	16.677	11.255	31.444	28.191
Adiantamentos a funcionários	5.613	207	17.805	2.449
Despesas antecipadas com IPTU e IPVA	6.832	-	12.526	-
Almoxarifado	2.091	1.385	9.150	8.056
Dividendos a receber (ii)	100.000	99.927	-	-
Outros	939	1.669	5.289	5.662
Total	132.265	114.528	122.843	85.064
Circulante	132.076	114.325	76.194	44.279
Não circulante	189	203	46.649	40.785

(i) Conforme o contrato de compra e venda da CEUNSP, Módulo, Unipê, Braz Cubas, CESPO e FAPI, existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsados os valores à Companhia e suas controladas, conforme apresentado na Nota 16.4.

(ii) Dividendos a receber da controlada SECID (Nota 14.1).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos

6.1. Movimentação dos investimentos

	Módulo	UDF	SECID	ACEF	Acervo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.097	145.687	714.411	435.264	55	1.322.514
Equivalência patrimonial	(2.835)	12.958	144.760	73.248	-	228.131
Amortização de mais valia (i)	-	-	(258)	(225)	-	(483)
Equivalência patrimonial total	(2.835)	12.958	144.502	73.023	-	227.648
Distribuição de lucros	-	(20.000)	-	(54.316)	-	(74.316)
Saldo em 30 de junho de 2025	24.262	138.645	858.913	453.971	55	1.475.846
Saldo em 31 de dezembro de 2025	28.276	154.021	1.184.829	566.974	44	1.934.144
Equivalência patrimonial	390	13.409	244.784	97.392	-	355.975
Amortização de mais valia (i)	-	-	(258)	(225)	-	(483)
Equivalência patrimonial total	390	13.409	244.526	97.167	-	355.492
Distribuição de lucros	-	(28.334)	(259.533)	(50.781)	-	(338.648)
Saldo em 30 de junho de 2026	28.666	139.096	1.169.822	613.360	44	1.950.988
Saldo patrimonial das controladas	19.640	95.845	1.021.201	496.804		
Ágio	9.026	43.251	126.789	107.924		
Mais valia	-	-	21.832	8.632		
Saldo em 30 de junho de 2026	28.666	139.096	1.169.822	613.360		

- (i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios, reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.2. Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

30 de junho de 2026				
Módulo	UDF	SECID	ACEF	
% de participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ativo circulante	5.286	61.984	446.904	486.947
Ativo não circulante	28.268	109.169	1.778.270	925.492
Total do ativo	33.554	171.153	2.225.174	1.412.439
Passivo circulante	6.087	41.633	317.119	296.712
Passivo não circulante	7.827	33.675	886.854	618.923
Patrimônio líquido	19.640	95.845	1.021.201	496.804
Total do passivo e patrimônio líquido	33.554	171.153	2.225.174	1.412.439
Receita líquida	12.534	77.110	657.828	348.049
Custo dos serviços prestados	(9.067)	(46.949)	(289.922)	(168.094)
Despesas operacionais, líquidas	(2.393)	(9.624)	(113.010)	(46.465)
Despesas financeiras, líquidas	(609)	(6.287)	(5.473)	(33.870)
Imposto de renda e contribuição social	(75)	(841)	(4.639)	(2.228)
Lucro líquido do período	390	13.409	244.784	97.392

30 de junho de 2025				
Módulo	UDF	SECID	ACEF	
% de participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ativo circulante	4.270	73.799	359.183	463.593
Ativo não circulante	30.970	127.004	1.793.938	939.204
Total do ativo	35.240	200.803	2.153.121	1.402.797
Passivo circulante	6.208	56.275	371.879	222.631
Passivo não circulante	13.796	49.134	1.071.461	843.200
Patrimônio líquido	15.236	95.394	709.781	336.966
Total do passivo e patrimônio líquido	35.240	200.803	2.153.121	1.402.797
Receita líquida	10.316	76.578	619.035	326.552
Custo dos serviços prestados	(9.639)	(46.027)	(271.744)	(162.637)
Despesas operacionais, líquidas	(2.636)	(12.505)	(116.102)	(45.102)
Despesas financeiras, líquidas	(939)	(4.285)	(81.244)	(44.743)
Imposto de renda e contribuição social	63	(803)	(5.185)	(822)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(2.835)	12.958	144.760	73.248

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

7.1. Controladora

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2025	Saldos em 31/12/2025	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2026
Custo										
Acervo bibliográfico	13.689	-	-	-	13.689	13.235	-	-	-	13.235
Equipamentos de informática	32.523	260	(10)	-	32.773	33.645	6.498	(71)	-	40.072
Máquinas e equipamentos (ii)	53.952	1.802	(79)	-	55.675	56.569	1.324	(21)	-	57.872
Móveis e utensílios	28.628	733	(5)	-	29.356	29.085	597	-	-	29.682
Instalações	3.045	-	-	-	3.045	3.045	-	-	-	3.045
Benfeitorias em propriedades de terceiros (i)	92.942	178	-	3.565	96.685	102.882	-	-	2.209	105.091
Imobilizações em andamento (i)	3.670	2.478	-	(3.565)	2.583	3.861	3.900	-	(2.209)	5.552
Outras imobilizações	6.658	2.344	(1.368)	-	7.634	8.132	467	(809)	-	7.790
	235.107	7.795	(1.462)	-	241.440	250.454	12.786	(901)	-	262.339
Depreciação										
Acervo bibliográfico	(11.414)	(224)	-	-	(11.638)	(11.400)	(210)	-	-	(11.610)
Equipamentos de informática	(28.709)	(991)	6	-	(29.694)	(30.630)	(798)	67	-	(31.361)
Máquinas e equipamentos	(27.518)	(1.542)	57	-	(29.003)	(30.475)	(1.611)	21	-	(32.065)
Móveis e utensílios	(17.777)	(885)	5	-	(18.657)	(19.450)	(882)	-	-	(20.332)
Instalações	(2.536)	(32)	-	-	(2.568)	(2.601)	(32)	-	-	(2.633)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(30.824)	(5.050)	-	-	(35.874)	(41.433)	(5.499)	-	-	(46.932)
Outras imobilizações	(3.475)	(566)	910	-	(3.131)	(3.875)	(711)	315	-	(4.271)
	(122.253)	(9.290)	978	-	(130.565)	(139.864)	(9.743)	403	-	(149.204)
	112.854	(1.495)	(484)	-	110.875	110.590	3.043	(498)	-	113.135

- (i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campi. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica "Benfeitorias em propriedades próprias e de terceiros" e depreciados conforme contrato de locação.
- (ii) O grupo de máquinas e equipamentos corresponde à modernização nos equipamentos para laboratórios e audiovisuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2. Consolidado

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Saldos em 30/06/2025	Saldos em 31/12/2025	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2026
Custo											
Terrenos	80.390	-	-	-	-	80.390	80.390	-	-	-	80.390
Prédios	104.058	-	-	-	-	104.058	104.058	-	-	-	104.058
Acervo bibliográfico	78.250	28	-	-	-	78.278	76.643	18	-	-	76.661
Equipamentos de informática	136.079	636	(25)	-	-	136.690	137.607	8.836	(2.067)	-	144.376
Máquinas e equipamentos (ii)	212.058	4.738	(917)	-	-	215.879	222.216	8.764	(1.990)	-	228.990
Móveis e utensílios	117.617	2.431	(195)	-	-	119.853	120.666	1.906	(1.017)	-	121.555
Instalações	29.405	113	-	-	-	29.518	29.577	-	(355)	-	29.222
Benfeitorias em propriedades de terceiros (i)	392.576	617	-	9.312	-	402.505	432.105	-	(4.106)	16.827	444.826
Imobilizações em andamento (i)	12.961	14.848	-	(9.312)	-	18.497	26.840	10.820	-	(16.827)	20.833
Outras imobilizações	14.138	2.307	(1.917)	-	(34)	14.494	14.857	466	(809)	-	14.514
	1.177.532	25.718	(3.054)	-	(34)	1.200.162	1.244.959	30.810	(10.344)	-	1.265.425
Depreciação											
Prédios	(27.368)	(1.717)	-	-	-	(29.085)	(30.804)	(1.716)	-	-	(32.520)
Acervo bibliográfico	(72.499)	(956)	-	-	-	(73.455)	(72.699)	(784)	-	-	(73.483)
Equipamentos de informática	(114.688)	(4.078)	21	-	-	(118.745)	(121.939)	(3.772)	1.721	-	(123.990)
Máquinas e equipamentos	(123.130)	(6.953)	352	-	-	(129.731)	(135.980)	(6.858)	1.789	-	(141.049)
Móveis e utensílios	(86.157)	(3.506)	41	-	-	(89.622)	(92.141)	(2.939)	992	-	(94.088)
Instalações	(27.468)	(322)	-	-	-	(27.790)	(28.167)	(302)	293	-	(28.176)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(130.564)	(18.663)	1	-	-	(149.226)	(170.867)	(20.485)	1.560	-	(189.792)
Outras imobilizações	(10.590)	(1.162)	1.459	-	180	(10.113)	(11.237)	(1.184)	359	-	(12.062)
	(592.464)	(37.357)	1.874	-	180	(627.767)	(663.834)	(38.040)	6.714	-	(695.160)
	585.068	(11.639)	(1.180)	-	146	572.395	581.125	(7.230)	(3.630)	-	570.265

- (i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campi. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica "Benfeitorias em propriedades próprias e de terceiros" e depreciados conforme contrato de locação.
- (ii) O grupo de máquinas e equipamentos corresponde à modernização nos equipamentos para laboratórios e audiovisuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

8.1. Controladora

Movimentação	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transf.	Saldos em 30/06/2025	Saldos em 31/12/2025	Adições	Saldos em 30/06/2026
Custo							
Produção de materiais - EaD	28.275	1.538	-	29.813	32.115	1.179	33.294
Softwares	101.839	6	1.331	103.176	114.448	-	114.448
Softwares em andamento (i)	1.074	5.653	(1.331)	5.396	1.898	1.224	3.122
Total do custo	131.188	7.197	-	138.385	148.461	2.403	150.864
Amortizações							
Produção de materiais - EaD	(18.719)	(1.527)	-	(20.246)	(21.954)	(1.957)	(23.911)
Softwares	(66.840)	(4.517)	-	(71.357)	(75.828)	(6.416)	(82.244)
Total da amortização	(85.559)	(6.044)	-	(91.603)	(97.782)	(8.373)	(106.155)
Total	45.629	1.153	-	46.782	50.679	(5.970)	44.709

- (i) Os valores de adições em softwares no período estão, substancialmente, relacionados aos projetos de transformação digital nos sistemas de *backoffice*, acadêmico e comercial da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2. Consolidado

Movimentação	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transf.	Reclassif.	Saldos em 30/06/2025	Saldos em 31/12/2025	Adições	Baixas	Relassif.	Saldos em 30/06/2026
Custo										
Ágio em aquisições de investimentos	1.108.089	-	-	-	1.108.089	1.108.089	-	-	-	1.108.089
Mais valia - Marcas	194.127	-	-	-	194.127	194.127	-	-	-	194.127
Mais valia - Carteira de clientes	116.543	-	-	-	116.543	116.543	-	-	-	116.543
Mais valia - Licenças MEC	467.846	-	-	-	467.846	467.846	-	-	-	467.846
Mais valia - Polos de ensino	93.333	-	-	-	93.333	93.333	-	-	-	93.333
Mais valia - Relacionamento com clientes	9.908	-	-	-	9.908	9.908	-	-	-	9.908
Mais valia - Cláusula de não concorrência	23.895	-	-	-	23.895	23.895	-	-	-	23.895
Marcas	762	-	-	-	762	762	-	(26)	-	736
Produção de materiais – EaD	58.153	3.096	-	-	61.249	65.513	2.781	-	-	68.294
Softwares	300.944	2	2.489	(13)	303.422	323.404	-	-	10	323.414
Softwares em andamento (i)	2.452	14.298	(2.489)	13	14.274	14.782	10.915	-	-	25.697
Total do custo	2.376.052	17.396	-	-	2.393.448	2.418.202	13.696	(26)	10	2.431.882
Amortização										
Mais valia - Marcas	(44.168)	(3.428)	-	-	(47.596)	(51.020)	(3.428)	-	-	(54.448)
Mais valia - Carteira de clientes	(113.380)	(1.580)	-	-	(114.960)	(116.543)	-	-	-	(116.543)
Mais valia - Polos de ensino	(36.508)	(3.348)	-	-	(39.856)	(43.204)	(3.348)	-	-	(46.552)
Mais valia - Relacionamento com clientes	(9.908)	-	-	-	(9.908)	(9.908)	-	-	-	(9.908)
Mais valia - Cláusula de não concorrência	(23.512)	(387)	-	-	(23.899)	(23.895)	-	-	-	(23.895)
Marcas	(26)	-	-	-	(26)	(26)	-	26	-	-
Produção de materiais - EaD	(44.035)	(2.232)	-	-	(46.267)	(48.830)	(3.106)	-	-	(51.936)
Softwares	(165.757)	(16.513)	-	(146)	(182.416)	(198.671)	(24.887)	-	(10)	(223.568)
Total da amortização	(437.294)	(27.488)	-	(146)	(464.928)	(492.097)	(34.769)	26	(10)	(526.850)
Total	1.938.758	(10.092)	-	(146)	1.928.520	1.926.105	(21.073)	-	-	1.905.032

(i) Os valores de adições em softwares no período estão, substancialmente, relacionados aos projetos de transformação digital nos sistemas de backoffice, acadêmico e comercial da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2026, os saldos, líquidos de amortização, dos intangíveis identificados por unidades geradoras de caixa estavam representados da forma a seguir.

	Ágio	Marcas	Licenças MEC	Polos de Ensino
Módulo	9.026	-	-	-
UDF	43.251	-	-	-
Unicid	126.789	5.892	15.940	-
Unifran	107.924	5.611	3.021	-
FASS	7.728	-	-	-
CEUNSP	63.219	5.952	-	-
Veritas	102.609	22.302	112.564	-
Unipê	201.922	27.013	37.637	-
Braz Cubas	216.503	18.905	-	4.221
CESPO	218.535	54.004	82.892	42.560
CESA	10.583	-	-	-
FAPI	-	-	215.792	-
	1.108.089	139.679	467.846	46.781

Os ativos classificados como *softwares* correspondem à aquisição, custos de implementação e desenvolvimento de *softwares* operacionais e administrativos (backoffice, acadêmico e comercial) da Companhia e suas controladas. Sua taxa de amortização é de, no mínimo, 20% ao ano.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada, no mínimo, uma vez ao ano. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia avaliou os impactos de negócio e de mercado e não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação ou qualquer provisão referente ao valor recuperável (*impairment*) do ativo intangível com vida útil indefinida.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida de acordo com estudo preparado por empresa independente, também é submetido anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores diversos	46.181	29.309	68.441	37.877
Provisão de fornecedores	19.001	11.149	41.719	28.841
Repasse de polos	22.507	23.999	50.575	53.432
Total	87.689	64.457	160.735	120.150

10. Debêntures

10.1. Composição

Modalidade	Emissão	Série	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
				30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Debêntures - ACEF (i)	2ª	1ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	-	-	135.573	135.409
Debêntures - ACEF	3ª	1ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	-	-	46.573	60.120
Debêntures - ACEF	5ª	1ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	-	-	298.794	298.754
Debêntures - CSE	2ª	1ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	316.740	318.270	316.740	318.270
Debêntures - CSE	3ª	1ª	Taxa CDI + 0,90 a.a.	304.226	301.093	304.226	301.093
Debêntures - CSE	3ª	2ª	Taxa CDI + 1,10 a.a.	253.505	250.869	253.505	250.869
				874.471	870.232	1.355.411	1.364.515
			Circulante	24.471	20.232	188.257	129.437
			Não circulante	850.000	850.000	1.167.154	1.235.078

- (i) No dia 16 de junho de 2025, a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão da ACEF aprovou a implementação do reperfilamento de dívida (renegociação para alongamento de prazo), alterando o vencimento para o dia 24/06/2030. O reperfilamento faz parte da estratégia de gestão de capital ativa da Companhia.

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as características a seguir.

Empresa	Emissão	Série	Data da emissão	Vencimento	Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal e juros	Garantias
ACEF	2ª	Única	24/09/2018	24/06/2030	3.000	100	300.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(i)
ACEF	3ª	Única	23/12/2019	23/12/2026	155.000	1	155.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(ii)
ACEF	5ª	Única	27/07/2024	27/07/2029	300.000	1	300.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(iii)
CSE	2ª	Única	05/02/2025	05/02/2030	300.000	1	300.000	Semestral (Fev. e Ago.)	(iv)
CSE	3ª	1ª	15/11/2025	15/11/2030	300.000	1	300.000	Nov.29 e Nov.30	(v)
CSE	3ª	2ª	15/11/2025	15/11/2032	250.000	1	250.000	Nov.31 e Nov.32	(v)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade de Santa Rita e CESUCA decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (b) eventual fração, se houver necessidade de complemento do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Companhia, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (c) alienação fiduciária das ações de Santa Rita e Veritas; (d) alienação fiduciária das quotas de Santa Tereza, São Bento e CESUCA; e (e) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (ii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária das quotas da Braz Cubas; (b) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Braz Cubas decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; e (c) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (iii) A Companhia, é a fiadora do contrato, e obrigando-se, como devedora solidária e principal pagadora de todos os valores devidos pela emissora, até a final liquidação das debêntures.
- (iv) Garantia fidejussória, onde a UDF, ACEF, Módulo e SECID atuam como fiadoras, comprometendo-se a pagar todas as obrigações da emissora caso ela não consiga cumprir. Essas entidades garantem o pagamento integral dos valores devidos, incluindo encargos moratórios e custos adicionais, até a liquidação completa das debêntures.
- (v) Garantia fidejussória, onde a Braz Cubas, ACEF, Módulo e SECID atuam como fiadoras, comprometendo-se a pagar todas as obrigações da emissora caso ela não consiga cumprir. Essas entidades garantem o pagamento integral dos valores devidos, incluindo encargos moratórios e custos adicionais, até a liquidação completa das debêntures.

10.2. Cláusulas restritivas (Covenants)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional.

Para a 2ª, 3ª e 5ª emissão da ACEF e para a 2ª e 3ª emissão da CSE, o resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA Ajustado deverá ser igual ou inferior a 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS 16/CPC 06 (R2).

Na data de medição de 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu todos os índices requeridos descritos acima.

As próximas medições serão realizadas para a data-base de 31 de dezembro de 2026.

10.3. Movimentação

	Controladora	Consolidado
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	-	1.023.408
Novas captações (i)	300.000	300.000
Custo de captação	(1.453)	(1.453)
Pagamento de juros	-	(69.435)
Pagamento de principal	-	(55.563)
Apropriação dos juros	14.288	84.542
Amortização do custo	119	839
SalDOS em 30 de junho de 2025	312.954	1.282.338
Novas captações (i)	550.000	550.000
Custo de captação (i)	(2.296)	(2.296)
Custo de reperfilamento (ii)	-	(953)
Pagamento de juros	(19.266)	(99.772)
Pagamento de principal	-	(467.812)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
Apropriação dos juros	28.676	100.724
Amortização do custo	164	2.286
Saldos em 31 de dezembro de 2025	870.232	1.364.515
Pagamento de juros	(58.905)	(96.597)
Pagamento de principal	-	(13.562)
Apropriação dos juros	62.813	100.254
Amortização do custo	331	801
Saldos em 30 de junho de 2026	874.471	1.355.411

- (i) Captação da 2ª emissão da CSE no valor de R\$300.000, no dia 05 de fevereiro de 2025 e captação da 3ª emissão da CSE no valor de R\$550.000, no dia 15 de novembro de 2025.
- (ii) Custo de reperfilamento da 2ª emissão de debêntures da ACEF (alongamento do prazo da dívida).

Em 30 de junho de 2026, o cronograma de vencimento era o seguinte:

Período	2ª emissão ACEF	3ª emissão ACEF	5ª emissão ACEF	2ª emissão CSE	3ª emissão CSE	3ª emissão CSE	Consolidado
Jul-26 a Jun-27	18.419	46.573	98.794	16.740	4.226	3.505	188.257
Jul-27 a Jun-28	39.052	-	100.000	60.000	-	-	199.052
Jul-28 a Jun-29	39.051	-	100.000	120.000	-	-	259.051
Jul-29 a Jun-30	39.051	-	-	120.000	150.000	-	309.051
Acima de 2030	-	-	-	-	150.000	250.000	400.000
	135.573	46.573	298.794	316.740	304.226	253.505	1.355.411

11. Arrendamentos

O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e do direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes aos contratos de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos Contratuais	Taxa
3 anos	10,83%
6 anos	10,97%
9 anos	10,23%
Mais de 10 anos	10,04%

11.1. Movimentação do direito de uso

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2025	265.834	907.740
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	11.606	15.718
Depreciação no período	(20.597)	(67.455)
Saldo em 30 de junho de 2026	256.843	856.003
Direito de uso	504.022	1.636.479
(-) Depreciação acumulada	(247.179)	(780.476)
Saldo em 30 de junho de 2026	256.843	856.003

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	299.438	1.002.601
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(983)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	1.049	38.587
Depreciação no período	(19.781)	(65.784)
Saldo em 30 de junho de 2025	280.706	974.421
Direito de uso	487.101	1.619.973
(-) Depreciação acumulada	(206.395)	(645.552)
Saldo em 30 de junho de 2025	280.706	974.421

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

11.2. Movimentação do passivo de arrendamento

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2025	358.461	1.150.605
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	11.606	15.718
Contraprestação paga - principal	(19.589)	(67.413)
Contraprestação paga - juros	(17.754)	(53.292)
Apropriação de encargos financeiros	17.754	53.292
Saldo em 30 de junho de 2026	350.478	1.098.910
Circulante	47.671	153.210

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora	Consolidado
Não circulante	302.807	945.700

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	387.250	1.226.618
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(1.174)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	1.049	38.587
Contraprestação paga - principal	(22.379)	(70.416)
Contraprestação paga - juros	(19.076)	(58.699)
Apropriação de encargos financeiros	19.076	58.699
Saldo em 30 de junho de 2025	365.920	1.193.615
Circulante	36.112	122.672
Não circulante	329.808	1.070.943

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

As parcelas fixas dos contratos de aluguel, conforme apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento, considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, do início do contrato ou de sua eventual modificação de escopo. Adicionalmente, no período de seis meses findos em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas registraram, segundo o regime de competência, diretamente no resultado o montante de R\$1.213 (R\$386 em 30 de junho de 2025) relacionado aos contratos que não atendem as premissas para a capitalização como direito de uso da norma (ausência do controle substancial do bem).

Além dos valores apresentados acima, a Companhia e suas controladas possuem três contratos de arrendamento que contêm termos de pagamentos variáveis, em complemento aos valores fixos de arrendamento. A cláusula variável está relacionada ao atingimento de metas por faturamento nos cursos ministrados nos respectivos locais. Para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2026, não houve atingimento de tais parâmetros, portanto, não houve qualquer desembolso adicional.

Alguns dos membros do grupo de controle da Companhia detêm participação majoritária das sociedades Motriz Participações Ltda., HG Cruzeiro do Sul Empreendimentos e Participações S.A. e FP Incorporadora Ltda., que são proprietárias de imóveis locados pela Companhia e suas controladas. Os valores envolvidos no âmbito dos referidos contratos de locação representaram em 30 de junho de 2026, R\$93.799 (R\$109.009 em 31 de dezembro de 2025) de direito de uso e R\$121.844 (R\$137.972 em 31 de dezembro de 2025) de passivo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.3. Maturidade dos contratos

Os saldos de arrendamento a pagar, relacionados aos compromissos futuros, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 estão apresentados a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Até um ano	80.702	78.481	250.498	251.776
Um ano até cinco anos	321.523	322.969	818.877	858.316
Cinco anos até dez anos	89.263	109.371	416.717	442.788
Dez anos até quinze anos	-	-	165.076	194.151
Juros embutidos	(141.010)	(152.360)	(552.258)	(596.426)
	350.478	358.461	1.098.910	1.150.605

11.4. Impactos nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas do período

A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do período nas rubricas “Custos” e “Despesas financeiras”, respectivamente, as despesas de depreciação e juros. Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, tais impactos alcançam os valores de R\$67.455 (R\$65.784 em 30 de junho de 2025) e R\$53.292 (R\$58.699 em 30 de junho de 2025), respectivamente.

11.5. Ofício circular CVM nº 02/2019

Em atendimento ao aludido ofício, a Companhia e suas controladas apresentam os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação e amortização considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal, cujas taxas referenciais são atualizadas com base nas informações da B3.

			30/06/2026		
	2026	2027	Consolidado De 2028 até 2032	De 2033 até 2037	De 2038 até 2041
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.098.910	945.700	440.478	146.504	-
Fluxo com projeção de inflação	1.098.910	980.720	597.769	262.192	-
Variação		3,70%	35,71%	78,97%	0,00%
Direito de uso líquido					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	856.003	720.446	285.319	80.475	-
Fluxo com projeção de inflação	856.003	754.838	427.345	176.976	-
Variação		4,77%	49,78%	119,91%	0,00%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)		97.288	313.650	122.718	18.601
Fluxo com projeção de inflação		98.813	364.771	186.906	35.020
Variação		1,57%	16,30%	52,31%	88,27%
Direito de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)		135.557	435.128	204.845	80.475
Fluxo com projeção de inflação		137.490	533.857	365.409	197.722
Variação		1,43%	22,69%	78,38%	145,69%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para férias e encargos	22.335	13.996	72.178	45.049
Salários a pagar	16.318	11.903	51.647	37.887
Provisão para 13º salário	9.450	-	31.581	-
INSS a recolher	5.080	5.416	16.418	18.072
Provisão de participação nos resultados	10.507	19.629	14.312	26.926
FGTS a recolher	1.205	1.798	3.945	6.092
Outras obrigações	546	449	1.594	1.380
Provisão para benefícios dos administradores (Notas 14.4 e 14.5)	3.965	11.906	3.965	11.906
Total	69.406	65.097	195.640	147.312
Circulante	66.781	59.048	193.015	141.263
Não circulante	2.625	6.049	2.625	6.049

13. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
PIS e COFINS a recolher	8.433	8.376	16.823	15.968
IRRF a recolher	5.226	6.952	13.219	21.208
ISS a recolher	1.953	1.945	7.374	8.255
Impostos retidos	1.087	1.464	3.270	3.809
IRPJ e CSLL	-	-	554	538
Parcelamentos	-	-	106.078	114.085
Total	16.699	18.737	147.318	163.863
Circulante	16.699	18.737	64.377	72.781
Não circulante	-	-	82.941	91.082

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.1. Parcelamentos

13.1.1. Composição

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos de parcelamentos são representados por:

Composição		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025
PROIES (i)	Taxa de juros Selic	95.399	101.746
REFIS (ii)	Taxa de juros Selic	5.718	6.571
PERT (iii)	Taxa de juros Selic	2.737	2.986
Simplificado RFB	Taxa de juros Selic	524	641
FGTS (iv)	Taxa de juros remuneratórios	272	301
IPTU (v)	Unidade Financeira Municipal (UFM)	-	114
PGFN (vi)	Taxa de juros Selic	1.428	1.726
Total		106.078	114.085

- (i) PROIES – Demais débitos e previdenciários: refere-se ao parcelamento proveniente da controlada Braz Cubas – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei nº 12.688/2012. Esse programa consiste na renegociação de dívidas tributárias com o governo federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido. A dívida foi negociada em novembro de 2017 em 180 parcelas.
- (ii) REFIS: refere-se aos parcelamentos proveniente das controladas SECID, Braz Cubas e Unipê, através da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, de débitos vencidos até 2008; da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2015, de débitos vencidos até 2013; e a reabertura em todos os períodos habilitados, de acordo com a Lei nº 11.941.
- (iii) PERT: refere-se aos parcelamentos de todos os débitos vencidos até 2017, provenientes das controladas SECID e Unipê, através da Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017.
- (iv) FGTS: parcelamento definido pela Resolução CCFGTS nº 765, de 09 de dezembro de 2014, que permite parcelar débitos em qualquer esfera oriundos de FGTS. A controlada Unipê aderiu em setembro de 2014 referente a dívida de 2005, em 180 parcelas.
- (v) PDD IPTU e ISS: Refere-se aos parcelamentos de débitos vencidos até 2023, provenientes da controlada FAPI, regido pelas Leis Complementares nº 74/2010 e regido pela Lei Complementar nº 136/2017.
- (vi) PGFN: Parcelamento federal – definido EDITALPGDAU N. 2/2023 – DEBITOSPREVIDENCIARIOS, EDITALPGDAU N 3/2023 – DEBITOSPREVIDENCIARIOS e EDITALPGDAU N. 2/2023 – DEMAISDEBITOS. A controlada FAPI aderiu em maio e junho de 2023 referente dívida de 2023, em 36 e 60 parcelas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.1.2. Movimentação

Consolidado	31/12/2025	Atualização monetária	Pagamentos	30/06/2026
Parcelamentos				
PROIES	102.391	3.019	(8.951)	96.459
REFIS	6.571	184	(1.037)	5.718
PERT	2.986	108	(357)	2.737
Simplificado RFB	641	37	(154)	524
FGTS	301	8	(37)	272
IPTU	114	-	(114)	-
PGFN	1.726	17	(315)	1.428
Total parcelamentos	114.730	3.373	(10.965)	107.138
Saldo a compensar PROIES	(645)			(1.060)
Parcelamento líquido do crédito PROIES	114.085			106.078

Consolidado	31/12/2024	Atualização monetária	Pagamentos	30/06/2025	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2025
Parcelamentos								
PROIES	111.865	3.569	(8.239)	107.195	-	3.369	(8.173)	102.391
REFIS	8.452	244	(1.163)	7.533	-	251	(1.213)	6.571
PERT	3.506	130	(392)	3.244	-	143	(401)	2.986
Simplificado RFB	841	9	(108)	742	-	16	(117)	641
FGTS	354	8	(34)	328	-	2	(29)	301
IPTU	161	1	(48)	114	-	-	-	114
PGFN	2.213	107	(340)	1.980	350	107	(711)	1.726
Total parcelamentos	127.392	4.068	(10.324)	121.136	350	3.888	(10.644)	114.730
Saldo a compensar PROIES	(1.544)			(858)				(645)
Parcelamento líquido do crédito PROIES	125.848			120.278				114.085

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2026, o cronograma de vencimento era o seguinte:

Período	Consolidado
1 ano	23.137
2 a 3 anos	38.311
Mais de 3 anos	44.630
	106.078

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas

14.1. Controladora

	30/06/2026			31/12/2025		30/06/2025
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Adto. para futuro aumento de capital (i)						
SECID	400.000	-	-	400.000	-	-
Módulo	760	-	-	760	-	-
Dividendos a receber (Nota 5)						
ACEF	-	-	-	21.164	-	-
SECID	100.000	-	-	78.763	-	-
Outras partes relacionadas						
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (ii)	-	807	(4.841)	-	807	(4.600)
FP Incorporadora Ltda. (ii)	-	615	(3.688)	-	615	(3.504)
Motriz Participações Ltda. (ii)	-	121	(728)	-	121	(692)
	500.760	1.543	(9.257)	500.687	1.543	(8.796)

14.2. Consolidado

	30/06/2026		31/12/2025	30/06/2025
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Outras partes relacionadas				
Motriz Participações Ltda. (ii)	2.065	(12.394)	2.065	(11.778)
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (ii)	1.225	(7.351)	1.225	(6.986)
FP Incorporadora Ltda. (ii)	615	(3.688)	615	(3.504)
	3.905	(23.433)	3.905	(22.268)

- (i) Os adiantamentos para futuro aumento de capital correspondem a valores enviados pela Companhia às suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses, sendo o principal da SECID para pagamento das debêntures (resgate antecipado da 2ª e 3ª emissão).
- (ii) Refere-se ao montante total das parcelas mensais de aluguel dos seguintes imóveis: campi São Miguel Paulista, Anália Franco e Pinheiros, ginásio de esportes, clínica veterinária, UDF, Módulo e campus CEUNSP – Salto. Os contratos de aluguel celebrados entre as partes possuem prazo de vigência entre 3 e 15 anos, contendo cláusula de prorrogação automática, com reajuste anual pelo índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), tomando como base a data de sua assinatura. A totalidade das obrigações com os respectivos arrendamentos estão demonstradas na Nota 11. Os impactos de resultado correspondem aos juros e contraprestações incorridos sobre passivos de arrendamentos firmados com as respectivas empresas, conforme descrito na Nota 11.2.
- (iii) A controladora mantinha registrado créditos a receber de determinados acionistas, na rubrica de “Outros créditos”. Esses valores foram baixados em agosto de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.3. Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações é de responsabilidade da Assembleia Geral, fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros e diretores estatutários da Companhia foi de R\$6.172 (R\$5.413 em 30 de junho de 2025), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, a qual está dentro dos limites aprovados na Assembleia Geral juntamente com as contas anuais em consonância com o orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração.

14.4. Programa de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – *Phantom Shares* e PPR Diferido

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022, foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – *Phantom Shares* e PPR Diferido, que estabelece os termos e as condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia.

O Programa de Incentivo de Longo Prazo concedido pela Cruzeiro do Sul tem o intuito de incentivar seus executivos a tomar decisões, adotar ações e liderar suas equipes para exceder as expectativas de ganhos de capital e retorno de investimentos dos acionistas. Consiste em dois programas distintos – *Phantom Shares* e PPR Diferido, sendo esse último vinculado à métrica de retorno das ações da Companhia.

Os programas de *Phantom Shares* e PPR Diferido envolvem o pagamento de um valor em caixa ao beneficiário, calculado com base em uma quantidade definida de *units*. As *units* são valores de referência baseados na cotação média da ação da Companhia. Até 30 de junho de 2026, a Companhia outorgou 7.022.790 *units* (1.020.195 na 1ª outorga, em 16 de dezembro de 2022, 2.409.825 na 2ª outorga, em 16 de agosto de 2023, 2.095.286 na 3ª outorga, em 06 de setembro de 2024 e 1.497.484 na 4ª outorga, em 22 de abril de 2025). As outorgas de 2026 estão em processo de assinatura contratual e não foram provisionadas nas informações trimestrais, uma vez que os critérios para reconhecimento contábil ainda não estavam atendidos. Os respectivos impactos serão reconhecidos após a conclusão das formalizações.

O programa de PPR Diferido representa 70% das *units* concedidas, no qual a quantidade de *units* de referência para o pagamento em caixa varia conforme o *Total Shareholder Return* (TSR), que deverá ser analisado de duas maneiras: i) comparado a um custo de capital próprio estimado; e ii) comparado com o retorno das ações de um grupo definido de empresas do mesmo setor.

Em 30 de junho de 2026 o valor do passivo correspondente a esse prêmio está registrado no passivo não circulante na rubrica “Obrigações trabalhistas”, e sua contrapartida no resultado, na rubrica “Salários e encargos sociais”, no montante de R\$3.965 (R\$11.924 em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.4.1. Programa de Incentivo de Longo Prazo – *Phantom Shares*

O programa de *Phantom Shares* contempla o direito sobre as *units*, cuja concessão (*grant date*) foi aprovada e registrada em ata da reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de fevereiro de 2022.

Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa referente às *units*, os beneficiários devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos (por outorga). O valor da *unit* é definido com base na média ponderada pelo volume dos preços da ação CSED3 (VWAP) na B3, nos 45 pregões anteriores à data da primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração que ocorreu no ano de 2025 (1ª outorga), e ocorrerão nos anos de 2026 (2ª outorga), 2027 (3ª outorga) e 2028 (4ª outorga).

14.4.2. Programa de Incentivo de Longo Prazo – PPR Diferido

O objetivo do programa PPR Diferido é alinhar os interesses dos beneficiários com os da Companhia no longo prazo, para garantir a perenidade do negócio e dos resultados alcançados.

As regras para cálculo do valor da *unit* são idênticas às do programa de *Phantom Shares*. Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa das *units*, os beneficiários também devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos.

Adicionalmente, o programa estabelece uma meta para distribuição de resultados em caixa com base no *Total Shareholder Return* (TSR), que é o ganho percentual do retorno total do capital investido pelo acionista, calculado pela variação do valor da *unit* e adicionados os dividendos distribuídos.

O percentual de atingimento das metas, comparado com a performance de mercado de certas partes da Companhia, determinará o valor do incentivo de longo prazo a ser distribuído aos beneficiários.

Logo, o PPR Diferido, além de incentivar a permanência do beneficiário nos quadros da Companhia, alinha os pagamentos do programa com a criação de valor para os acionistas.

A Companhia mensura os seus respectivos valores justos tomando como base o valor justo dos instrumentos baseados em ações concedidos, pois não consegue mensurar o valor dos serviços recebidos pelos participantes.

Para determinação do valor justo dos instrumentos, utilizou-se o método de simulação de Monte Carlo para precificação de ativos, considerando que a ação siga um processo estocástico de Wiener Generalizado com o Lema de Itô, também conhecido como Movimento Browniano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no Plano de Incentivo de Longo Prazo no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	Consolidado
Quantidade de units em 31 de dezembro de 2024	3.946.450
Canceladas	(2.163.782)
Exercidas (1ª Outorga) (i)	(333.316)
Concedidas (4ª Outorga)	1.497.484
Quantidade de units em 31 de dezembro de 2025	2.946.836
Canceladas	(188.889)
Exercidas (2ª Outorga) (ii)	(573.561)
Quantidade de units em 30 de junho de 2026	2.184.386

(i) Pago no dia 01 de maio de 2025, no valor de R\$1.319.

(ii) Pago no decorrer dos meses de abril e maio de 2026, no valor de R\$ 4.131.

15. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamentos de mensalidades (i)	11.894	14.643	37.793	58.839
Adiantamentos do centro de eventos (ii)	69	1	6.437	4.376
Total	11.963	14.644	44.230	63.215
Circulante	11.963	14.644	44.230	63.215

(i) Mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência.

(ii) Adiantamentos de clientes recebidos antecipadamente para a realização de eventos no espaço de nossos campus. Esses valores são reconhecidos no momento da realização do evento.

16. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a demandas de natureza cível, tributária e trabalhista, decorrentes tanto de questões administrativas quanto judiciais. A administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, classifica a probabilidade de perda conforme diretrizes estabelecidas pelas normas contábeis e política da Companhia, sendo provisionados os casos em que a perda é considerada provável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as contingências estão provisionadas relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Processos cíveis	4.367	4.021	12.956	11.272
Processos tributários	-	-	4.158	4.149
Processos trabalhistas	7.492	5.403	56.363	44.321
Total	11.859	9.424	73.477	59.742

A movimentação da provisão para as demandas judiciais está descrita a seguir.

	Controladora		
	Cíveis (16.1)	Trabalhistas (16.3)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.021	5.403	9.424
Adições	795	4.557	5.352
Reversões	(300)	(1.261)	(1.561)
Pagamentos	(403)	(1.513)	(1.916)
Atualização monetária	254	306	560
Saldos em 30 de junho de 2026	4.367	7.492	11.859

	Consolidado			
	Cíveis (16.1)	Tributários (16.2)	Trabalhistas (16.3)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	11.272	4.149	44.321	59.742
Adições	3.243	-	13.908	17.151
Reversões	(854)	-	(3.252)	(4.106)
Pagamentos	(1.526)	(104)	(3.216)	(4.846)
Atualização monetária	565	2	1.149	1.716
Processos ex-mantenedor	256	111	3.453	3.820
Saldos em 30 de junho de 2026	12.956	4.158	56.363	73.477

16.1. Processos cíveis com perda provável

A Administração realizou o levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$12.956 em 30 de junho de 2026 (sendo R\$11.272 em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As ações classificadas com risco provável envolvem, principalmente, pedidos de indenização relacionados a falhas na prestação de serviços, decorrentes de alegações de cobrança indevida, por reajuste de mensalidades, descumprimento de oferta, lançamento de descontos, cancelamentos contratuais, programas de financiamento, bem como supostos vícios na prestação de serviços acadêmicos e operacionais, tais como disponibilização de disciplinas, aproveitamento de estudos, questões envolvendo matrícula, entrega de documentos e colação de grau.

16.2. Processos tributários com perda provável

A Administração realizou o levantamento e avaliação das várias ações de natureza jurídica e administrativa tributária. Para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R\$4.158 em 30 de junho de 2026 (sendo R\$4.149 em 31 de dezembro de 2025).

Entre as ações que possuem risco provável, há casos em que os objetos se referem a assuntos pré aquisição de controlada pela Companhia, de modo que a responsabilidade dos ex-proprietários está garantida contratualmente. Dessas ações, destaca-se uma contra a Braz Cubas, movida pela União, em que se discute o pagamento da multa de 40% do FGTS diretamente aos empregados, em acordos judiciais ou extrajudiciais, em desconformidade com a legislação, que determina o seu depósito nas contas vinculadas da Caixa Econômica Federal, e a ausência de recolhimento da contribuição rescisória de 10% por ocasião da dispensa sem justa causa de trabalhadores durante a gestão dos antigos acionistas.

16.3. Processos trabalhistas com perda provável

A Administração realizou o levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza trabalhista, para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$56.363 em 30 de junho de 2026 (sendo R\$44.321 em 31 de dezembro de 2025).

Os processos trabalhistas envolvem, principalmente, reclamações movidas por ex-colaboradores relacionadas a diferenças salariais, horas extras, redução de jornada de trabalho, garantias, estabilidade de emprego, responsabilidade subsidiárias e vínculo empregatícios. Nenhuma dessas ações são, isoladamente, relevantes para serem destacados.

16.4. Contingências prováveis sobre processos de ex-proprietários

Parte dos processos das controladas refere-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia. São então contingências de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários, limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento. As eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas em conta gráfica para os ressarcimentos, bem como poderão ser compensadas, inclusive, com retenção de pagamentos advindos de contratos de locação celebrados com os ex-proprietários, respeitados os limites e as condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	12.956	4.606	4.519
Processos tributários	4.158	4.158	4.158
Processos trabalhistas	56.363	28.661	28.504
Total	73.477	37.425	37.181

16.5. Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Processos cíveis	11.067	10.450	52.410	50.234
Processos tributários	223.631	218.261	288.056	279.655
Processos trabalhistas	14.234	7.192	67.600	47.136
Total	248.932	235.903	408.066	377.025

16.5.1. Processos cíveis com perda possível

A Administração realizou o levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 30 de junho de 2026, era de R\$52.410 (R\$50.234 em 31 de dezembro de 2025).

As ações classificadas com risco possível envolvem, principalmente, pedidos de indenização relacionados a falhas na prestação de serviços, decorrentes de alegações de cobrança indevida, por reajuste e redução de mensalidades, descumprimento de oferta, lançamento de descontos, cancelamentos contratuais, programas de financiamento, bem como supostos vícios na prestação de serviços acadêmicos e operacionais, tais como disponibilização de disciplinas, aproveitamento de estudos, questões envolvendo matrícula, entrega de documentos, extinção de curso e turmas, colação de grau, estágios, provas e faltas, totalizando possíveis perdas no montante de R\$41.989 em 30 de junho de 2026 (R\$41.227 em 31 de dezembro de 2025).

16.5.2. Processos tributários com perda possível

A Administração realizou o levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza jurídica e administrativa tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$288.056 em 30 de junho de 2026 (R\$279.655 em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Entre os vários processos tributários com risco de perda possível, podemos destacar os descritos a seguir.

Há processos movidos pela Prefeitura do Municipal de São Paulo contra a Controladora, discutindo o cumprimento dos requisitos básicos para a manutenção da imunidade tributária dos períodos de 2008 a 2011, totalizando o valor de R\$179.494. A instituição apresentou defesa em todos os processos, além de garantir integralmente o juízo por meio de seguro garantia. Entre 31 de dezembro de 2025 e 30 de junho de 2026, foi apurado uma variação no importe de R\$3.266 correspondente à atualização monetária do período.

A Controladora é parte em dois processos administrativos instaurados pela Receita Federal do Brasil que discutem supostos não recolhimentos de PIS e COFINS incidentes sobre o faturamento referente aos exercícios de 2008 a 2011, decorrentes da inclusão, pela Fiscalização, de receitas consideradas não abrangidas pela isenção prevista na Lei nº 11.096/2005 (Prouni), bem como de receitas financeiras na base de cálculo das contribuições. Ambos os processos aguardam julgamento de Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o montante de R\$21.929.

Há processos administrativos instaurados pela Receita Federal em face da ACEF discutindo principalmente verbas que integram a base de cálculo para o recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outras, somando ao risco possível o valor de R\$17.524. A controlada apresentou defesa em todos os processos e aguarda decisão final na esfera administrativa.

Há uma execução fiscal ajuizada pela União Federal em face da CESPO em 2019, visando à cobrança de contribuições previdenciárias relativas a obras realizadas nos espaços de eventos da Controlada, cujo valor de risco totaliza o montante de R\$10.986. A execução está garantida por meio de penhora de imóvel. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso de apelação.

A Receita Federal instaurou autos de infração em face da Braz Cubas, os quais discutem supostas infrações às normas do Prouni, com a consequente não aplicação da isenção de COFINS, com o lançamento da contribuição do período de 01/2008 a 12/2009. Atualmente aguarda-se o julgamento de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R\$7.613.

Há dois procedimentos administrativos instaurados pela Receita Federal do Brasil em face da Controladora, referentes aos exercícios de 2003 a 2006, nos quais se discute a suposta ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de fatos geradores não declarados em GFIP. Atualmente os processos aguardam julgamento de Recurso Voluntário perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R\$6.947.

Há uma execução fiscal ajuizada pela União Federal em face da Controladora para cobrança de COFINS referente ao período de janeiro/1996 a janeiro/1999, cujo valor em discussão, classificado como risco possível, é de R\$6.706.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, em determinados contratos de locação imobiliária, há discussões em curso, no Judiciário, referentes à majoração de IPTU retroativo. Caso venham a ser julgados de forma desfavorável ao proprietário do imóvel, por força da obrigação contratual da locação, a locatária arcará com a eventual condenação, atualmente estimada pelos consultores jurídicos com perda possível de R\$2.326.

16.5.3. Processos trabalhistas com perda possível

A Administração realizou o levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 30 de junho de 2026, era de R\$67.600 (R\$47.136 em 31 de dezembro de 2025).

Os processos trabalhistas envolvem, principalmente, reclamações movidas por ex-colaboradores relacionadas a diferenças salariais, horas extras, indenização, garantias e estabilidade de emprego, totalizando possíveis perdas no montante de R\$49.079 em 30 de junho de 2026 (R\$44.136 em 31 de dezembro de 2025).

16.5.4. Contingências possíveis sobre processos de ex-proprietários

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	52.410	2.352	2.352
Processos tributários	288.056	44.552	26.908
Processos trabalhistas	67.600	16.339	15.855
Total	408.066	63.243	45.115

Nos termos do item 16.4, as contingências relacionadas a fatos geradores anteriores à aquisição são de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários, aplicando-se integralmente as garantias contratuais de ressarcimento, inclusive mediante compensação com pagamentos decorrentes de contratos de locação, observados os limites e condições fixados nos contratos de aquisição. A Administração mantém controles e procedimentos de monitoramento contínuo desses ativos indenizatórios, de forma a assegurar sua adequada mensuração, recuperabilidade e consistência, acompanhando periodicamente a evolução das contingências e a efetividade dos mecanismos contratuais de ressarcimento previstos.

16.6. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Processos cíveis	208	309	633	878
Processos tributários	7.892	7.780	14.934	13.650
Processos trabalhistas	2.105	2.236	4.262	4.847
Total	10.205	10.325	19.829	19.375

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Obrigações por aquisições de participações societárias

17.1. Composição

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025
ACEF	Taxa CDI	-	17.192
SECID	Taxa CDI	21.814	20.415
Positivo	Taxa IPCA	11.895	11.476
		33.709	49.083
	Circulante	-	17.192
	Não circulante	33.709	31.891

17.2. Movimentação

	ACEF(i)	SECID(i)	Positivo(i)	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2024	26.327	268.040	11.598	305.965
(+) Juros apropriados	1.128	385	334	1.847
(-) Compensação ativo indenizatório (ii)	(11.452)	(22.070)	(24)	(33.546)
(-) Pagamentos de principal	-	(143.995)	(548)	(144.543)
(-) Pagamentos de juros	-	(83.355)	(31)	(83.386)
(=) Saldo em 30/06/2025	16.003	19.005	11.329	46.337
(=) Saldo em 31/12/2025	17.192	20.415	11.476	49.083
(+) Juros apropriados	72	1.399	419	1.890
(-) Compensação ativo indenizatório (ii)	(2.554)	-	-	(2.554)
(-) Pagamentos de principal	(7.446)	-	-	(7.446)
(-) Pagamentos de juros	(7.264)	-	-	(7.264)
(=) Saldo em 30/06/2026	-	21.814	11.895	33.709
Não circulante	-	21.814	11.895	33.709

(i) Em 30 de junho de 2026, o saldo a pagar da SECID estão representados pelas parcelas retidas nas aquisições da Unipê e CESPO que também são corrigidas pela CDI. O valor da CESPO é representado pela parcela retida na aquisição da FAPI que é corrigido pelo IPCA.

(ii) Compensação com ativo indenizatório na rubrica "Outros créditos" (Nota 5), referente à aquisição da Braz Cubas (R\$11.452) pela ACEF e referente à aquisição da CESPO (R\$23.828) pela SECID, totalizando o montante de R\$35.280 em 2025. Em 2026 referente à aquisição da Braz Cubas (R\$2.554) pela ACEF.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2026, a parcela não circulante apresentava o cronograma de vencimento a seguir.

Período	Consolidado
Jul-2029 a Jun-2030	33.709
Total	33.709

18. Receita diferida

	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2024	8.785
(-) Apropriação	(722)
(=) Saldo em 31/12/2025	8.063
(-) Apropriação	(361)
(=) Saldo em 30/06/2026	7.702
Circulante	722
Não circulante	6.980

Propriedade de arrendamento mercantil

Em 20 de março de 2017, a controlada indireta CEUNSP realizou transação de *sale and leaseback* do imóvel onde está situado o seu campus. A operação consistiu na venda e no aluguel do referido imóvel simultaneamente perante sua parte relacionada Motriz Participações Ltda.

O valor da venda do imóvel foi de R\$25.500, com recebimento de acordo com o fluxo de pagamento estipulado em contrato. O ganho líquido dos custos de venda foi de R\$14.442 e foi registrado, em 2017, como receita diferida no passivo circulante e não circulante amortizável pelo prazo de 20 anos, conforme prazo do contrato de aluguel. Em 30 de junho de 2026 o valor não realizado do ganho de capital é de R\$7.702 (R\$8.063 em 31 de dezembro de 2025).

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, não ocorreram alterações no capital social da Companhia.

Posição acionária

A composição acionária da Companhia em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, é apresentada a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acionistas	30/06/2026		31/12/2025	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Archy LLC (GIC)	132.707.280	36,40%	132.707.280	36,40%
D2HFP - Fundo de Investimento em Ações	85.679.880	23,50%	85.679.880	23,50%
Gama 1 FIA	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,75%
Redmond FIA	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,75%
Government of Singapore (GIC)	15.300.000	4,20%	15.300.000	4,20%
Ações em circulação	45.175.512	12,40%	45.175.512	12,40%
	364.542.552	100,00%	364.542.552	100,00%

19.2. Reserva legal

A reserva legal tem o objetivo de assegurar a integridade do capital social e somente pode ser usada para compensar perdas ou aumentar o capital social.

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

19.3. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei nº 6.404.76, é representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios.

19.4. Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a Lei das Sociedades por Ações.

Em 28 de abril de 2025, por meio de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$177.000 (R\$70.506 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$106.494 de dividendos adicionais) referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, sendo R\$100.000 já declarados como dividendos intermediários em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de novembro de 2025 e integralmente pagos no dia 30 de dezembro de 2025, e R\$77.000 integralmente pagos no dia 30 de junho de 2026.

20. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025, a Companhia não detém ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro por ação - Básico e Diluído	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do período	162.147	149.074
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	364.542.552	364.542.552
Lucro por ação em R\$	0,4448	0,4089

21. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

21.1. Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou de suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo taxa de juros de valor justo e de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros descritos a seguir.

21.1.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

21.1.2. Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 2 e sobre debêntures na Nota 10, respectivamente.

21.1.3. Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2026, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do CDI para aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável, foi considerado IGMP e CDI no horizonte de 12 meses. A Companhia e suas controladas consideraram uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para a análise de sensibilidade do passivo de arrendamento, utilizamos como base o IGPM, pois representa, substancialmente, a taxa de reajuste da maioria dos nossos contratos.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 30 de junho de 2026:

Cenário em 30 de junho de 2026 (Controladora)

		Controladora				
		30/06/2026				
Operação	Risco	Taxa	Valor	Efeito no resultado		
				Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 2)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 14,78%)	129.918	19.202	14.401	9.601
Debêntures (Nota 10)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 14,78%)	874.471	(129.245)	(161.556)	(193.868)
Passivo de arrendamento (Nota 11)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento de IGPM) (i)	(IGPM 3,16%)	350.478	(11.075)	(13.844)	(16.613)
			1.354.867	(121.118)	(160.999)	(200.880)

(i) Utilizamos o IGPM pois representa, substancialmente, a maioria dos contratos de arrendamento.

Cenário em 30 de junho de 2026 (Consolidado)

		Consolidado				
		30/06/2026				
Operação	Risco	Taxa	Valor	Efeito no resultado		
				Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 2)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 14,78%)	865.947	127.985	95.989	63.993
Debêntures (Nota 10)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 14,78%)	1.355.411	(200.327)	(250.409)	(300.491)
Passivo de arrendamento (Nota 11)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento de IGPM) (i)	(IGPM 3,16%)	1.098.910	(34.726)	(43.407)	(52.088)
			3.320.268	(107.068)	(197.827)	(288.586)

(i) Utilizamos o IGPM pois representa, substancialmente, a maioria dos contratos de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.1.4. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em reais, e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos. As mensalidades são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política corporativa a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e em produtos financeiros com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário emitidos por essas instituições.

21.1.5. Risco de liquidez

Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas suas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos, através do monitoramento contínuo dos índices de liquidez e dos fluxos de caixa previstos e reais. O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é realizado de forma centralizada pelo departamento de Finanças da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Ativo Circulante	1.220.317	1.075.996
Passivo Circulante	820.730	705.437
Liquidez Corrente (>=1)	1,49	1,53

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a debêntures

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratadas, contas a pagar a fornecedores, além de contas a pagar por aquisição de participação societária. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto, para as rubricas de “Debêntures”, “Obrigações tributárias”, “Passivos de arrendamento” e “Obrigações por aquisição de participação societária” não serão conciliados com o balanço patrimonial.

		Controladora			
		30 de junho de 2026			
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Debêntures	10	63.948	323.426	865.223	1.252.597
Fornecedores	9	87.689	-	-	87.689
Passivos de arrendamento	11	80.703	210.077	200.709	491.489
		232.340	533.503	1.065.932	1.831.775

		Controladora			
		31 de dezembro de 2025			
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Debêntures	10	120.628	289.006	411.796	821.430
Fornecedores	9	64.457	-	-	64.457
Passivos de arrendamento	11	78.481	213.799	218.541	510.821
		263.566	502.805	630.337	1.396.708

		Consolidado			
		30 de junho de 2026			
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Debêntures	10	187.111	670.346	981.400	1.838.857
Fornecedores	9	160.735	-	-	160.735
Obrigações tributárias	13	22.032	56.128	77.611	155.771
Obrigações por aquisição de participação societária	17	-	-	43.732	43.732
Passivos de arrendamento	11	250.498	544.483	856.187	1.651.168
		620.376	1.270.957	1.958.930	3.850.263

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado			
		31 de dezembro de 2025			
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Debêntures	10	304.028	622.667	527.974	1.454.669
Fornecedores	9	120.150	-	-	120.150
Parcelamentos de impostos	13	25.207	54.637	86.174	166.018
Obrigações por aquisição de participação societária	17	17.432	-	42.216	59.648
Passivos de arrendamento	11	251.776	582.846	912.409	1.747.031
		718.593	1.260.150	1.568.773	3.547.516

21.1.6. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e um capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026. A Companhia incluiu na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamento (circulante e não circulante), menos caixa e equivalentes de caixa, e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante.

		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025
Debêntures (Nota 10)		1.355.411	1.364.515
Passivo de arrendamento (Nota 11)		1.098.910	1.150.605
(=) Total dívida bruta		2.454.321	2.515.120
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 2)		(865.947)	(808.247)
(=) Total dívida líquida		1.588.374	1.706.873
Patrimônio líquido (Nota 19)		1.675.802	1.590.655
Dívida líquida e patrimônio líquido		3.264.176	3.297.528
% Dívida líquida sobre o patrimônio líquido		94,8%	107,3%

21.2. Valor justo

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 1 – O valor justo dos ativos negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- Nível 2 – O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.
- Nível 3 – Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo. Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e exercício de 31 de dezembro 2025, todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas foram mensurados pelo custo amortizado, conforme segue:

Classificação contábil

	Controladora			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos – Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 2)	129.918	129.918	45.682	45.682
Contas a receber (Nota 3)	61.190	61.190	60.384	60.384
Dividendos a receber (Nota 5)	100.000	100.000	99.927	99.927
Total	291.108	291.108	205.993	205.993
Passivos – Custo amortizado				
Debêntures (Nota 10)	877.606	874.471	873.697	870.232
Fornecedores (Nota 9)	87.689	87.689	64.457	64.457
Passivos de arrendamento (Nota 11)	350.478	350.478	358.461	358.461
Total	1.315.773	1.312.638	1.296.615	1.293.150

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos – Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 2)	865.947	865.947	808.247	808.247
Contas a receber (Nota 3)	323.321	323.321	261.072	261.072
Total	1.189.268	1.189.268	1.069.319	1.069.319
Passivos – Custo amortizado				
Debêntures (Nota 10)	1.363.305	1.355.411	1.374.560	1.364.515
Fornecedores (Nota 9)	160.735	160.735	120.150	120.150
Passivos de arrendamento (Nota 11)	1.098.910	1.098.910	1.150.605	1.150.605
Obrigações tributárias (Nota 13.1)	106.078	106.078	114.085	114.085
Obrigações por aquisição de participação societária (Nota 17)	33.709	33.709	49.083	49.083
Total	2.762.737	2.754.843	2.808.483	2.798.438

Nas operações que envolvem instrumentos financeiros, a Companhia identificou que apenas as debêntures apresentam diferenças entre o valor contábil e o valor justo, devido à incidência de multas em caso de resgate antecipado. O valor justo dessa rubrica foi apurado em conformidade com o IFRS 13/CPC 46 – Mensuração do valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido

22.1. Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025 está apresentada a seguir.

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025	01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025
	à	à	à	à	à	à	à	à
	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	100.663	162.147	62.658	149.060	104.289	169.930	63.968	155.808
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(34.225)	(55.130)	(21.304)	(50.680)	(35.458)	(57.776)	(21.749)	(52.975)
Principais adições e exclusões:								
Despesas não dedutíveis	(228)	(232)	(663)	(1.201)	(252)	(355)	(1.269)	(1.893)
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido(i)	2.124	616	2.125	483	(1.977)	(5.381)	(1.346)	(5.804)
Equivalência patrimonial	63.168	120.867	32.381	77.400	-	-	-	-
Adicional e PAT	-	-	-	-	659	1.285	364	755
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	(30.839)	(66.121)	(12.534)	(25.988)	(31.302)	(66.275)	(13.317)	(25.186)
Isenção PROUNI (ii)	-	-	-	-	64.704	120.719	36.012	78.369
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	-	-	5	14	(3.626)	(7.783)	(1.305)	(6.734)
IRPJ e CSLL – Corrente	-	-	-	-	(4.809)	(8.756)	(3.045)	(6.897)
IRPJ e CSLL – Diferido	-	-	5	14	1.183	973	1.740	163

(i) As principais exclusões (adições) são principalmente oriundas de estornos e constituições de determinadas provisões, tais como provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e remuneração variável; e realização de saldo de mais valia relacionado às combinações de negócios.

(ii) Isenção do IRPJ e da CSLL referente ao PROUNI, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) sobre as atividades beneficiadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Consolidado	30/06/2026	31/12/2025
Ativo		
Prejuízos fiscais/ Base negativa CSLL (i)	6.756	8.076
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)	24.950	25.989
Amortizações mais valia	32.212	32.212
Provisão de contingências	7.816	5.328
Repasse de Polos	4.684	5.076
PECLD	24.590	25.208
Outras diferenças temporárias do lucro real (ii)	20.216	18.362
Total tributos diferidos ativos	121.224	120.251
Tributos diferidos, líquidos	121.224	120.251

(i) As controladas da Companhia possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa; entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização.

(ii) Os principais valores de outras diferenças temporárias são originados principalmente de provisões trabalhistas.

Os montantes a seguir foram utilizados como base para contabilização dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL.

30/06/2026 - Consolidado		
	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	1.578.400	23.956
Base de cálculo negativa de CSLL	1.584.066	8.514

31/12/2025 - Consolidado		
	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	1.402.852	23.956
Base de cálculo negativa de CSLL	1.412.614	23.186

(i) Conforme Instrução CVM, a Controladora não apresenta histórico de lucro tributável e não constituiu ativos diferidos.

22.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos por ano de realização

Consolidado		
Faixa de vencimento	Total em 30/06/2026	%
2026	24.130	20%
2027	11.922	10%
2028	8.749	7%
2029	9.740	8%
2030 em diante	66.683	55%
	121.224	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita líquida

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025	01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025
	à	à	à	à	à	à	à	à
	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025
Receita bruta								
Cursos de graduação	775.279	1.463.710	810.667	1.547.104	2.453.517	4.628.461	2.474.219	4.792.119
Cursos de pós-graduação	16.330	32.388	17.198	33.967	31.474	61.642	30.075	57.807
Cursos técnicos e colégio	6.271	14.688	12.170	25.219	14.119	33.403	20.072	47.345
Outras receitas	890	2.549	1.128	1.779	3.191	6.188	3.191	6.228
	798.770	1.513.335	841.163	1.608.069	2.502.301	4.729.694	2.527.557	4.903.499
Deduções da receita bruta								
Descontos e devoluções	(583.150)	(1.112.710)	(642.186)	(1.233.553)	(1.696.894)	(3.198.809)	(1.779.872)	(3.459.655)
Tributos	(7.890)	(13.871)	(7.594)	(14.129)	(25.092)	(48.611)	(26.591)	(50.976)
	(591.040)	(1.126.581)	(649.780)	(1.247.682)	(1.721.986)	(3.247.420)	(1.806.463)	(3.510.631)
Receita líquida	207.730	386.754	191.383	360.387	780.315	1.482.274	721.094	1.392.868

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custos e despesas por natureza

	Controladora							
	01/04/2026 à 30/06/2026				01/01/2026 à 30/06/2026			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(44.236)	(42.120)	-	(86.356)	(83.574)	(86.562)	-	(170.136)
Publicidade e propaganda	-	(35.399)	-	(35.399)	-	(95.130)	-	(95.130)
Custos com parceria	(28.709)	-	-	(28.709)	(54.794)	-	-	(54.794)
Manutenção e reparos	(7.545)	(12.004)	-	(19.549)	(14.655)	(22.667)	-	(37.322)
Despesas com serviços de terceiros	(3.850)	(19.829)	-	(23.679)	(7.417)	(29.493)	-	(36.910)
Despesas com PECLD (Nota 3)	-	(22.165)	-	(22.165)	-	(30.992)	-	(30.992)
Depreciação do direito de uso	(9.972)	(406)	-	(10.378)	(19.784)	(813)	-	(20.597)
Gastos prediais	(6.678)	(3.565)	-	(10.243)	(11.980)	(7.211)	-	(19.191)
Depreciação e amortização	-	(9.596)	-	(9.596)	-	(18.116)	-	(18.116)
Materiais de consumo	(1.283)	298	-	(985)	(2.175)	331	-	(1.844)
Receitas com aluguéis	-	-	233	233	-	-	460	460
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(109)	(4.507)	296	(4.320)	298	(10.100)	447	(9.355)
	(102.382)	(149.293)	529	(251.146)	(194.081)	(300.753)	907	(493.927)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora							
	01/04/2025 à 30/06/2025				01/01/2025 à 30/06/2025			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(40.822)	(36.960)	-	(77.782)	(77.929)	(70.164)	-	(148.093)
Publicidade e propaganda	-	(18.240)	-	(18.240)	-	(64.577)	-	(64.577)
Custos com parceria	(27.574)	-	-	(27.574)	(51.702)	-	-	(51.702)
Manutenção e reparos	(5.752)	(3.641)	-	(9.393)	(12.167)	(7.330)	-	(19.497)
Despesas com serviços de terceiros	(4.368)	(14.140)	-	(18.508)	(8.595)	(24.429)	-	(33.024)
Despesas com PECLD (Nota 3)	-	(18.715)	-	(18.715)	-	(23.873)	-	(23.873)
Depreciação do direito de uso	(9.505)	(361)	-	(9.866)	(19.067)	(714)	-	(19.781)
Gastos prediais	(6.268)	(3.513)	-	(9.781)	(10.519)	(7.320)	-	(17.839)
Depreciação e amortização	-	(7.598)	-	(7.598)	-	(15.334)	-	(15.334)
Materiais de consumo	(454)	3	-	(451)	(2.338)	(386)	-	(2.724)
Receitas com aluguéis	-	-	688	688	-	-	1.020	1.020
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(1.582)	(5.035)	457	(6.160)	(1.878)	(8.297)	722	(9.453)
	(96.325)	(108.200)	1.145	(203.380)	(184.195)	(222.424)	1.742	(404.877)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	01/04/2026 à 30/06/2026				01/01/2026 à 30/06/2026			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(210.723)	(56.893)	-	(267.616)	(397.063)	(117.761)	-	(514.824)
Custos com parceria	(73.841)	-	-	(73.841)	(134.568)	-	-	(134.568)
Publicidade e propaganda	-	(37.350)	-	(37.350)	-	(100.607)	-	(100.607)
Despesas com PECLD (Nota 3)	-	(62.384)	-	(62.384)	-	(91.370)	-	(91.370)
Depreciação e amortização	-	(39.781)	-	(39.781)	-	(72.809)	-	(72.809)
Depreciação do direito de uso	(33.366)	(406)	-	(33.772)	(66.642)	(813)	-	(67.455)
Despesas com serviços de terceiros	(15.801)	(23.948)	-	(39.749)	(30.942)	(36.293)	-	(67.235)
Manutenção e reparos	(13.901)	(15.537)	-	(29.438)	(27.176)	(30.715)	-	(57.891)
Gastos prediais	(14.724)	(3.598)	-	(18.322)	(25.738)	(7.280)	-	(33.018)
Materiais de consumo	(7.820)	886	-	(6.934)	(13.168)	(52)	-	(13.220)
Receitas com aluguéis	-	-	5.874	5.874	-	-	10.042	10.042
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(8.093)	(11.567)	2.564	(17.096)	(12.816)	(24.723)	561	(36.978)
	(378.269)	(250.578)	8.438	(620.409)	(708.113)	(482.423)	10.603	(1.179.933)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	01/04/2025 à 30/06/2025				01/01/2025 à 30/06/2025			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(199.353)	(55.712)	-	(255.065)	(379.253)	(99.643)	-	(478.896)
Custos com parceria	(68.792)	-	-	(68.792)	(126.890)	-	-	(126.890)
Publicidade e propaganda	-	(26.041)	-	(26.041)	-	(95.413)	-	(95.413)
Despesas com PECLD (Nota 3)	-	(78.569)	-	(78.569)	-	(69.365)	-	(69.365)
Depreciação e amortização	-	(32.182)	-	(32.182)	-	(64.845)	-	(64.845)
Depreciação do direito de uso	(32.635)	(361)	-	(32.996)	(65.070)	(714)	-	(65.784)
Despesas com serviços de terceiros	(18.210)	(17.948)	-	(36.158)	(34.795)	(30.594)	-	(65.389)
Manutenção e reparos	(12.308)	(7.436)	-	(19.744)	(23.093)	(15.433)	-	(38.526)
Gastos prediais	(14.374)	(3.616)	-	(17.990)	(25.191)	(7.440)	-	(32.631)
Materiais de consumo	(4.369)	(295)	-	(4.664)	(11.535)	(1.186)	-	(12.721)
Receitas com aluguéis	-	-	7.304	7.304	-	-	11.229	11.229
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(5.576)	(15.877)	705	(20.748)	(8.415)	(26.916)	2.810	(32.521)
	(355.617)	(238.037)	8.009	(585.645)	(674.242)	(411.549)	14.039	(1.071.752)

(i) Os valores estão representados, principalmente, ganhos e perdas de processos judiciais e custos pedagógicos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro

25.1. Receitas financeiras

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2026 à 30/06/2026	01/01/2026 à 30/06/2026	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2026 à 30/06/2026	01/01/2026 à 30/06/2026	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2025 à 30/06/2025
Receitas sobre aplicações financeiras	209	627	3.682	7.248	29.057	55.806	23.239	42.321
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	(2.429)	350	651	1.491	(5.158)	5.103	2.696	5.876
Outras receitas, líquidas	28	30	229	364	(575)	(910)	959	2.028
Total das receitas financeiras	(2.192)	1.007	4.562	9.103	23.324	59.999	26.894	50.225

25.2. Despesas financeiras

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2026 à 30/06/2026	01/01/2026 à 30/06/2026	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2026 à 30/06/2026	01/01/2026 à 30/06/2026	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2025 à 30/06/2025
Encargos financeiros sobre debêntures	(31.090)	(62.813)	(11.100)	(14.288)	(49.880)	(100.254)	(47.825)	(84.542)
Juros sobre passivo de arrendamento	(8.835)	(17.754)	(9.402)	(19.076)	(26.339)	(53.292)	(29.050)	(58.699)
Financiamentos estudantis, descontos concedidos e encargos financeiros sobre cartões de crédito	116	(4.885)	(2.728)	(5.856)	(4.883)	(32.571)	(8.951)	(38.654)
Garantias, comissões bancárias e parcelamentos	282	(1.247)	(1.775)	(2.925)	152	(6.401)	(8.613)	(15.916)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	-	-	-	-	(932)	(1.890)	(2.111)	(9.738)
Ajuste a valor presente	474	474	143	(335)	4.342	4.724	134	(4.664)
Outras despesas financeiras	(465)	(954)	(284)	(721)	(1.401)	(2.726)	(1.959)	(3.320)
Total despesas financeiras	(39.518)	(87.179)	(25.146)	(43.201)	(78.941)	(192.410)	(98.375)	(215.533)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A variação observada no resultado financeiro do período decorre de reclassificações efetuadas no segundo trimestre de 2026, em decorrência de aprimoramentos implementados nos processos, controles e rastreabilidade das informações financeiras. Tais melhorias permitiram a identificação de movimentações relacionadas à conciliação de contas a receber oriundas de acordos vinculados a mensalidades vencidas há mais de 361 dias e anteriormente baixadas contabilmente.

Os ajustes realizados envolveram a reclassificação de descontos concedidos, juros incidentes sobre mensalidades renegociadas e repasses relacionados aos processos de cobrança, com reflexos correspondentes na despesa com Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD). O efeito desses ajustes no resultado financeiro em 30 de junho de 2026 correspondeu a R\$ 27.831 na receita financeira e R\$ 32.055 na despesa financeira.

A Administração avaliou os efeitos dessas reclassificações sobre os períodos comparativos e concluiu que, por se tratarem de ajustes de natureza exclusivamente contábil, seus impactos não são materiais para as demonstrações financeiras intermediárias condensadas tomadas em conjunto. Caso tais ajustes fossem refletidos nos períodos comparativos, o resultado financeiro em 30 de junho de 2025 apresentaria uma redução de R\$ 16.885 na despesa financeira, com correspondente aumento na despesa com Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD). Esses ajustes não alterariam a liquidez, a posição financeira, o lucro líquido, o patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa ou o cumprimento dos *covenants* financeiros previstos nos contratos de dívida vigentes. Dessa forma, não há necessidade de reapresentação dos períodos comparativos anteriormente divulgados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações que não afetam o caixa

A Companhia realizou durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentadas a seguir.

	30/06/2026	
	Controladora	Consolidado
Imobilizado:		
Variação no saldo de fornecedores a pagar	5.900	9.689
	5.900	9.689
Intangível:		
Variação no saldo de fornecedores a pagar	7	2.298
	7	2.298
Direito do uso e passivo de arrendamento:		
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação	11.606	15.718
	11.606	15.718
Obrigações por aquisições de participações societárias		
Crédito de conta garantia	-	2.554
	-	2.554

27. Eventos subsequentes

Autorização de vagas de medicina do Centro Universitário Módulo

Em 10 de julho de 2026, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 354, autorizou 60 (sessenta) vagas anuais para o curso de graduação em Medicina do Centro Universitário Módulo, mantido pela Companhia no município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Autorização de vagas de medicina do Centro Universitário de Pinhais - FAPI

Em 06 de agosto de 2026, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 400, autorizou 146 (cento e quarenta e seis) vagas anuais para o curso de graduação em Medicina do Centro Universitário de Pinhais - FAPI, mantido pela Companhia no município de Pinhais, Estado do Paraná.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, conforme previsto no contrato de aquisição da FAPI, concluído em junho de 2024, a obtenção de vagas adicionais para o curso de Medicina constitui condição para pagamento de contraprestação contingente (*earn-out*) aos antigos acionistas. Em razão da publicação da referida portaria, estima-se o desembolso aproximado de R\$185 milhões, sujeito aos ajustes contratuais aplicáveis, a ser liquidado em três parcelas anuais, sendo 50% em até 30 dias da publicação da portaria, 20% no primeiro aniversário do pagamento inicial e 30% no segundo aniversário. A Administração está avaliando os efeitos dessa transação nas demonstrações contábeis subsequentes.

Com as referidas autorizações, a Companhia passa a deter 1.275 (um mil duzentos e setenta e cinco) vagas anuais autorizadas em cursos de Medicina. A Administração entende que esse evento contribuirá para a expansão das atividades acadêmicas e para o incremento das receitas futuras. Os impactos econômicos e financeiros decorrentes da autorização serão reconhecidos prospectivamente, à medida da ocupação das vagas e do início das respectivas atividades acadêmicas.

DIVULGAÇÃO DE **RESULTADOS**

PRESS RELEASE

VIDEOCONFERÊNCIA

12 de agosto de 2026, quarta-feira

14h (Brasília)

13h (Nova Iorque)

18h (Londres)

[Assistir ao webcast em Português](#)

[Watch the webcast in English](#)

2T
26

CSED

B3 LISTED NM



SÃO PAULO, 11 de agosto de 2026

A Cruzeiro do Sul Educacional ("Cruzeiro do Sul" ou "Companhia")(CSED3) anuncia, hoje, os seus resultados relativos ao segundo trimestre de 2026 (2T26). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2T26 DESTAQUES FINANCEIROS

	Receita Líquida	R\$ 780 MM +8,2% 2T26 vs. 2T25
	EBITDA ajustado comparável	R\$ 232 MM +15,1% 2T26 vs. 2T25
	Margem EBITDA ajustada comparável	29,7% +178bps 2T26 vs. 2T25
	Lucro Líquido ajustado	R\$ 101 MM +60,6% 2T26 vs. 2T25
	Dívida Líquida	0,8x* EBITDA ajustado (Ex IFRS-16)

1S26 DESTAQUES FINANCEIROS

	Receita Líquida	R\$ 1,5 BI +6,4% 1S26 vs. 1S25
	EBITDA ajustado comparável	R\$ 483 MM +6,7% 1S26 vs. 1S25
	Margem EBITDA ajustada comparável	32,6% +10bps 1S26 vs. 1S25
	Lucro Líquido ajustado	R\$ 163 MM +9,0% 1S26 vs. 1S25
	Fluxo de Caixa Livre Comparável	R\$ 194 MM 60% do EBITDA ex IFRS-16

GRADUAÇÃOBase de alunos
Presencial**-0,4%**
2T26 vs. 2T25Ticket
Presencial**+9,4%**
2T26 vs. 2T25Base de alunos
Digital + Semi**-5,6%**
2T26 vs. 2T25Ticket
Digital + Semi**+12,8%**
2T26 vs. 2T25

Lucro Líquido 61% superior no 2T26, alcançando R\$ 101 milhões, com expansão de margem EBITDA ajustada de 2,0 p.p.

No 2T26, a receita líquida expandiu 8,2%, alcançando R\$ 780 milhões, impulsionada pelo avanço da Medicina e demais cursos da área da saúde no mix do segmento Presencial, somado ao maior volume de veteranos na base e pela maior representatividade do semipresencial, com cursos de maior valor agregado no Digital¹. O EBITDA ajustado foi de R\$ 233 milhões, com margem de 29,9% (+2,0 p.p. vs. 2T25), reflexo da expansão de 0,6 p.p. na margem bruta caixa e da redução da PECLD, para 8,0% da receita líquida (vs. 10,9% no 2T25). O lucro líquido atingiu R\$ 101 milhões (+60,6% vs. 2T25), com margem líquida ajustada de 12,9% (+4,2 p.p.).

Alavancagem financeira em 0,8x e dívida líquida 22% inferior ao 2T25, mesmo com R\$ 177 milhões em dividendos pagos nos últimos 12 meses

A Companhia encerrou o trimestre com uma dívida líquida de R\$ 523 milhões (ex IFRS-16), uma redução de 22% em relação ao 2T25, resultando em uma alavancagem financeira de 0,8x (Dívida Líquida/EBITDA ajustado ex IFRS-16). Esse patamar foi alcançado mesmo considerando o pagamento de R\$ 177 milhões em dividendos nos últimos doze meses, evidenciando a capacidade de geração de caixa e a disciplina financeira da Companhia. O Fluxo de Caixa ao Acionista foi de R\$ 31 milhões no 2T26 vs. R\$ 20,1 milhões negativos no 2T25. O custo médio da dívida encerrou o período em CDI +1,2%, com perfil de amortização confortável.

Recorde no KPI de rematrícula e avanço dos tickets do Presencial e Digital

No Presencial, a base de alunos encerrou o semestre com 173 mil alunos totais (165 mil na graduação) sustentada pelo melhor nível de rematrícula da série histórica para um primeiro semestre: 91% da base apta, o que representou um avanço de 1,3 p.p. vs. o 2025.1. A evolução reflete os esforços contínuos da Companhia em retenção e engajamento, que também se traduziram em uma redução de 7,6% na evasão do período. O ticket médio avançou 9,4% no 2T26 (+6,6% no 1S26), impulsionado pela estratégia de maximização de valor das nossas marcas e pelo efeito mix, com a maior participação de alunos de cursos da área de Saúde, que já representam 55% da base presencial e aproximadamente 73% da receita do segmento. A receita presencial expandiu 8,7% no trimestre, totalizando R\$ 536 milhões, com destaque para o crescimento de 10,6% nos cursos de Saúde.

No Digital, encerramos o primeiro semestre com 381 mil alunos (358 mil na graduação) e alcançamos 80% no KPI de rematrícula — o maior nível histórico para um primeiro semestre, com avanço de 2,0 p.p. vs. o mesmo período do ano anterior. O ticket médio avançou 12,8% no 2T26 (+14,8% no 1S26), impulsionado pela maior participação do semipresencial no mix de alunos, cuja representatividade saltou de 12% no 2T25 para 19% no 2T26.

Transformação Digital como habilitadora do crescimento futuro: entregas do 2T26 consolidam a agenda CRZLabs

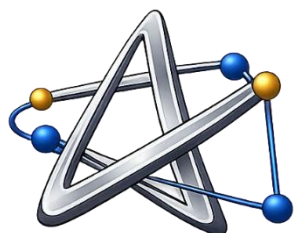
A Companhia segue acelerando sua jornada de transformação digital, agora estruturada sob o CRZLabs — nosso hub de inovação e tecnologia, orientado por quatro pilares: (i) foco em valor e no aluno, (ii) cultura de produto e aprendizado, (iii) execução com disciplina e velocidade, e (iv) fundamentos técnicos e humanos.

No 2T26, as entregas reforçaram o compromisso de integrar tecnologia à experiência do aluno e à eficiência operacional. Os exemplos destacados a seguir ilustram parte dos avanços alcançados no período, com impactos concretos tanto no Core Business quanto no Backoffice.

Portfólio de Medicina alcança 1.275 vagas com autorização de 146 vagas em Pinhais/PR e 60 em Caraguatatuba/SP

Em julho de 2026, após encerramento do trimestre, a Companhia recebeu a autorização para a abertura de 60 novas vagas anuais para o curso de Medicina no Centro Universitário Módulo, em Caraguatatuba/SP. Adicionalmente, em agosto de 2026 recebemos a autorização para o aumento de 146 vagas para o curso de Medicina do Centro Universitário de Pinhais – FAPI, alcançando 300 vagas. Com essa adição, o portfólio de Medicina da Cruzeiro do Sul Educacional passa a totalizar 1.275 vagas, representando uma expansão de 25% nos últimos doze meses, reforçando o compromisso estratégico com a expansão na área da Saúde, pilar central de geração de valor para a Companhia.

¹ Digital: EaD + Semipresencial

**CRZ Labs**

Jornada de Transformação Digital

Core Business

Na frente de Conversão, a jornada de inscrição foi simplificada com a eliminação de 3 etapas, redução de 5 dias no lead time entre inscrição e matrícula, e ganho de 6,1 p.p. na taxa de conversão. Em Canais e Plataformas, avançamos na análise preditiva de evasão no EaD (-3%) e consolidamos o Chat AI no APP Duda como canal de suporte 24/7. Na experiência do Aluno e Docente, o chat tutor reduziu em 60% o tempo de resposta ao estudante, e o Diploma Digital passou a ser emitido em D+1, ante 13 dias anteriormente.

BackOffice

No Financeiro Educacional, superamos 75 mil autonegociações realizadas via APP Duda, alcançamos 100% de automatização nos e-mails de cobrança, com 99,7% de assertividade, e registramos ganho de 5 p.p. na adimplência pré-vencimento. Em Gente e Gestão, a Admissão Digital Única reduziu o tempo do processo de 43 para 10 minutos, liberando nossas equipes para atividades de maior valor.

Esses avanços demonstram que a transformação digital deixou de ser uma agenda paralela e tornou-se parte estruturante da operação, sustentando ganhos de eficiência, escalabilidade e qualidade na experiência acadêmica — elementos essenciais para a competitividade e a geração de valor no longo prazo.

Principais Entregas 2T26*

CORE BUSINESS

CONVERSÃO

- 3 etapas na Jornada de Inscrição
- 5 dias lead time (inscrito > matriculado)
- +6,1 p.p. na conversão de Matrícula

CANAIS E PLATAFORMAS

- 3% análise preditiva de Evasão EaD
- Chat AI no APP Duda: Suporte 24/7

ALUNO E DOCENTE

- Chat tutor: -60% no tempo de resposta ao aluno
- Diploma Digital em D+1 (vs. 13 dias)

BACKOFFICE

FINANCEIRO EDUCACIONAL

- +75k autonegociações no APP Duda
- Cobrança inteligente: 100% e-mails automatizados
- 99,7% de assertividade na cobrança
- +5 p.p. adimplência pré vencimento

GENTE E GESTÃO

- Admissão Digital Único → 10 min (vs. 43min)

AVISO LEGAL

Esta apresentação pode conter previsões acerca de eventos futuros. Tais previsões refletem, apenas, expectativas dos administradores da Companhia sobre condições futuras da economia, além do setor de atuação, do desempenho e dos resultados financeiros da Companhia, dentre outros. Os termos “antecipa”, “acredita”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “planeja”, “projeta”, “objetiva”, “deverá”, bem como outros termos similares, visam identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, conseqüentemente, não são garantias de seus resultados futuros. Portanto, os resultados futuros das operações da Companhia podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear, exclusivamente, nas informações aqui contidas. A Companhia não se obriga a atualizar as apresentações e previsões à luz de novas informações ou de seus desdobramentos futuros. Os valores informados para o ano de 2026, em diante, são estimativas ou metas. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta apresentação estão sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nos gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem. As informações de natureza não financeira contidas neste documento, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. Nenhuma decisão de investimento deve se basear na validade, precisão, ou totalidade das informações ou opiniões contidas nesta apresentação.

A Cruzeiro do Sul Educacional

é um dos maiores e mais relevantes grupos de educação no Brasil, com mais de 554 mil* alunos em seus 28¹ campi e, aproximadamente, 1.388 polos.



PRESENCIAL



173 mil*
ALUNOS



28¹
CAMPI



DIGITAL



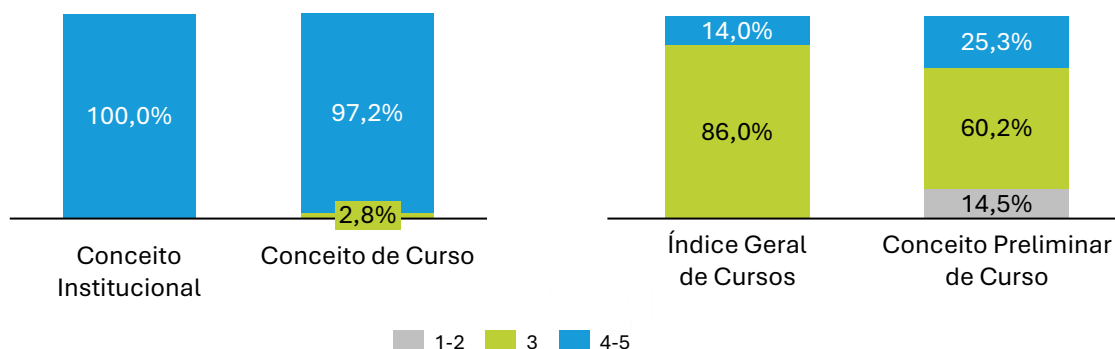
381 mil
ALUNOS



1.388
POLOS



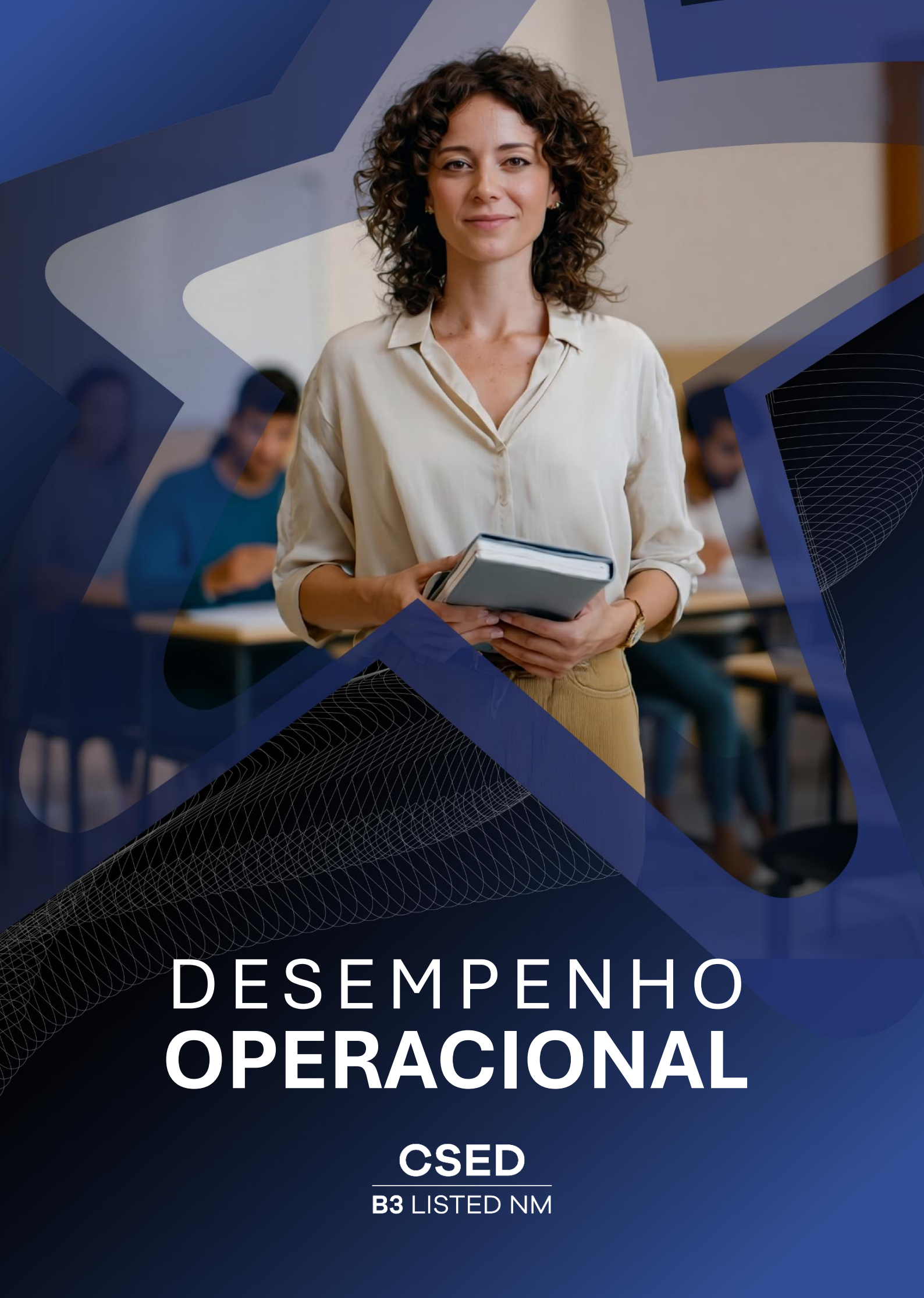
INDICADORES DE QUALIDADE ACADÊMICA



¹ 1.275 vagas de Medicina – Autorização de 60 vagas no Centro Universitário Módulo em Caraguatatuba/SP, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 13/07/2026 e Autorização de Aumento de 146 vagas no Centro Universitário de Pinhais – FAPI em Pinhais/PR, conforme Fato Relevante divulgado em 07/08/2026.

*Base de alunos inclui, aproximadamente, 3 mil alunos na educação básica em Jun/26.

¹ Número de campi conforme registrado na base do MEC.



DESEMPENHO OPERACIONAL

CSED

B3 LISTED NM

PRESENCIAL

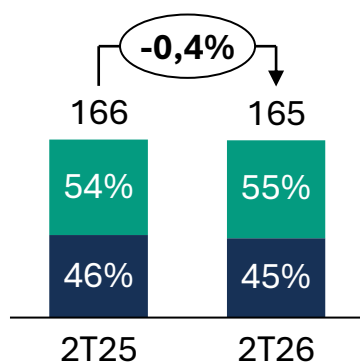
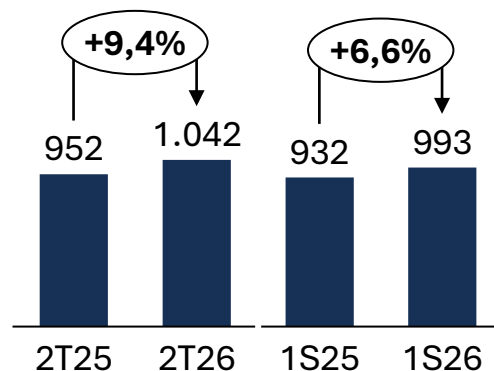
Estabilidade da base presencial sustentada pelo melhor nível de rematrícula da série histórica para um primeiro semestre

No primeiro semestre, encerramos a base do ensino presencial com um total de 173 mil alunos e o KPI de rematrícula alcançou 91% da apta, o que representa um avanço de 1,3 p.p. vs. o 2025.1, o maior patamar já registrado para um primeiro semestre. A evolução reflete os esforços contínuos da Companhia em retenção e engajamento dos alunos, que também se traduziram em uma redução de 7,6% na evasão do período. A captação, já endereçada no trimestre anterior, refletiu os ajustes de portfólio e reposicionamento de marcas do ciclo 2026.1, além de adequações sistêmicas nos processos comerciais e de matrícula que já foram concluídas para os próximos ciclos.

Presencial (mil alunos)	2026.1	2025.1	A/A
Saldo inicial	165	159	3,9%
Captação	55	62	(11,3%)
Evasão	(29)	(31)	(7,6%)
Formaturas	(18)	(16)	12,3%
Pós-graduação e Colégio	(0)	1	n.a.
Saldo final¹	173	175	(0,8%)

Evolução no ticket no trimestre impulsionada pelo avanço da estratégia de maximização de valor e pelo efeito mix

O ticket médio do 2T26 apresentou expansão de 9,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pela execução da estratégia de maximizar o valor de cada curso e pelo efeito mix, com a maior penetração de alunos de cursos da área da saúde. No 1S26, o ticket expandiu 6,6% em relação ao 1S25.

BASE-GRADUAÇÃO
(mil alunos)

TICKET PRESENCIAL*
(R\$/MÊS)

 Saúde²
 Outros cursos

*Ticket = ROL/Base final de alunos no período (calouros + veteranos) - Números gerenciais, não auditados

¹Saldo final inclui graduação, pós graduação e colégio / ²Saúde: Medicina, Psicologia, Biomedicina, Ciências Biológicas, Ed. Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Optometria, Radiologia e Terapia Ocupacional



DIGITAL + SEMIPRESENCIAL

Rematrícula digital atinge maior patamar histórico para um primeiro semestre, com avanço relevante do semipresencial na composição da base

Finalizamos o primeiro semestre com uma base de 381 mil alunos (Digital + Semi) e alcançamos 80% no KPI de rematrícula, um avanço de 2,0 p.p. vs. o mesmo período do ano anterior, o maior nível já registrado para um primeiro semestre. A captação recuou 30,0%, ainda refletindo os impactos do novo marco regulatório sobre os formatos de oferta digital. Excluindo o efeito dos cursos impactados por mudanças de canal (Digital para Semi), a captação consolidada apresentaria expansão de 4,7%, acelerando 0,8 pp vs. o 1T26. Destaca-se, no entanto, a recomposição da base com o avanço do modelo semipresencial, cuja participação no ensino digital saltou de 12% no 2T25 para 19% no 2T26. Essa movimentação reflete a adaptação da Companhia ao novo ambiente regulatório, direcionando a oferta para formatos com maior valor agregado.

Digital (mil alunos)	2026.1	2025.1	A/A
Saldo inicial	407	367	10,8%
Captação	120	171	(30,0%)
Evasão	(116)	(110)	5,7%
Formaturas	(27)	(22)	20,3%
Pós-graduação e Técnico	(3)	4	n.a.
Saldo final¹	381	411	(7,3%)

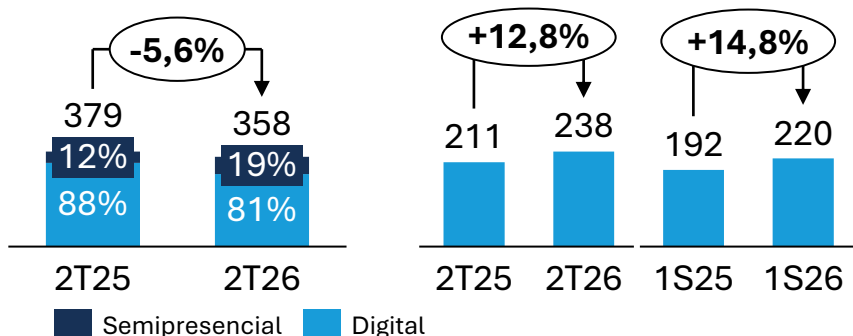
Formatos de Oferta	Vendas Mesmos Cursos	Alterado/ Extinto	Total
Digital	(1,5%)	(91,8%)	(48,6%)
Semipresencial	32,9%	365,3%	206,6%
Total	4,7%	(66,8%)	(30,0%)

Avanço no ticket impulsionado pela maior participação do semipresencial no mix de alunos

O ticket médio no trimestre apresentou expansão de 12,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento no período está relacionado à queda da base de alunos e a maior presença de alunos matriculados em cursos de maior valor agregado, ofertado no formato semipresencial. No 2T26, estes cursos representavam 19% da base do Digital, um crescimento de 6,9 p.p. em comparação ao 2T25. No 1S26, o ticket expandiu 14,8% em relação ao 1S25.

BASE-GRADUAÇÃO
(mil alunos)

TICKET DIGITAL
(R\$/MÊS)



¹Saldo final inclui graduação, pós graduação e técnico / *Ticket = ROL/Base final de alunos no período (calouros + veteranos)
Números gerenciais (não auditados)



DESEMPENHO FINANCEIRO

CSED

B3 LISTED NM

RECEITA LÍQUIDA 2T26 & 1S26

DADOS FINANCEIROS

Crescimento de receita líquida em todos os segmentos

R\$ milhões	2T26	2T25	%	1S26	1S25	%
Presencial	535,9	493,2	8,7%	1.029,8	973,5	5,8%
Saúde ¹	389,0	351,6	10,6%	752,0	693,6	8,4%
Digital + Semipresencial	266,7	251,3	6,1%	495,3	464,1	6,7%
Receita líquida de bolsas, cancelamentos e descontos	802,6	744,5	7,8%	1.525,1	1.437,6	6,1%
Outras receitas	3,2	3,2	0,0%	6,2	6,2	(0,6%)
Impostos	(25,1)	(26,6)	(5,6%)	(48,6)	(51,0)	(4,6%)
Receita Líquida	780,3	721,1	8,2%	1.482,3	1.392,9	6,4%



RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA: +8,2% | +6,4%

A Receita Líquida consolidada no segundo trimestre atingiu R\$ 780,3 milhões, sendo 8,2% superior ao 2T25, impulsionada pelo avanço da Medicina e demais cursos da área da saúde no mix do segmento Presencial, somado ao maior volume de veteranos na base e pela maior representatividade do semipresencial, com cursos de maior valor agregado, no Digital. No semestre, a receita líquida foi de R\$ 1,5 bilhão, valor 6,4% acima ao registrado no 1S25.



RECEITA PRESENCIAL: +8,7% | +5,8%

A Receita após a dedução de bolsas, cancelamentos e descontos do Presencial expandiu 8,7%, atingindo o montante de R\$ 535,9 milhões, como reflexo da queda da base de alunos (-0,8% vs. 2T25) e aumento do ticket médio, no valor total de 9,4% quando comparado ao 2T25. No semestre, o crescimento foi de 5,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, alcançando R\$ 1,0 bilhão em função da expansão de ticket (+6,6%).



RECEITA SAÚDE: +10,6% | +8,4%

No Presencial, a receita proveniente dos cursos da área de saúde cresceram 10,6% no 2T26, impulsionado pelo aumento do número de alunos da área de saúde e pelo melhor mix de preços, além da adição de 50 vagas de medicina na Positivo. No semestre a expansão foi de 8,4%, alcançando R\$ 752,0 milhões. Os referidos cursos representam, aproximadamente, 73% da receita do Presencial.

73%
RECEITA
Presencial



RECEITA DIGITAL + SEMIPRESENCIAL: +6,1% | 6,7%

A Receita após a dedução de bolsas, cancelamentos e descontos do Digital expandiu 6,1% no 2T26, atingindo o montante de R\$ 266,7 milhões, como resultado da menor base de alunos (-7,3% vs. o 2T25) e do aumento no ticket médio (+12,8% vs. o 2T25). No semestre, a expansão foi de 6,7% vs. o 1S25, alcançando R\$ 495,3 milhões, em função da queda da base de alunos e expansão do ticket médio (+14,8% vs. 1S25).

¹ Saúde: Medicina, Psicologia, Biomedicina, Ciências Biológicas, Ed. Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Optometria, Radiologia e Terapia Ocupacional

LUCRO BRUTO 2T26 & 1S26

DADOS FINANCEIROS

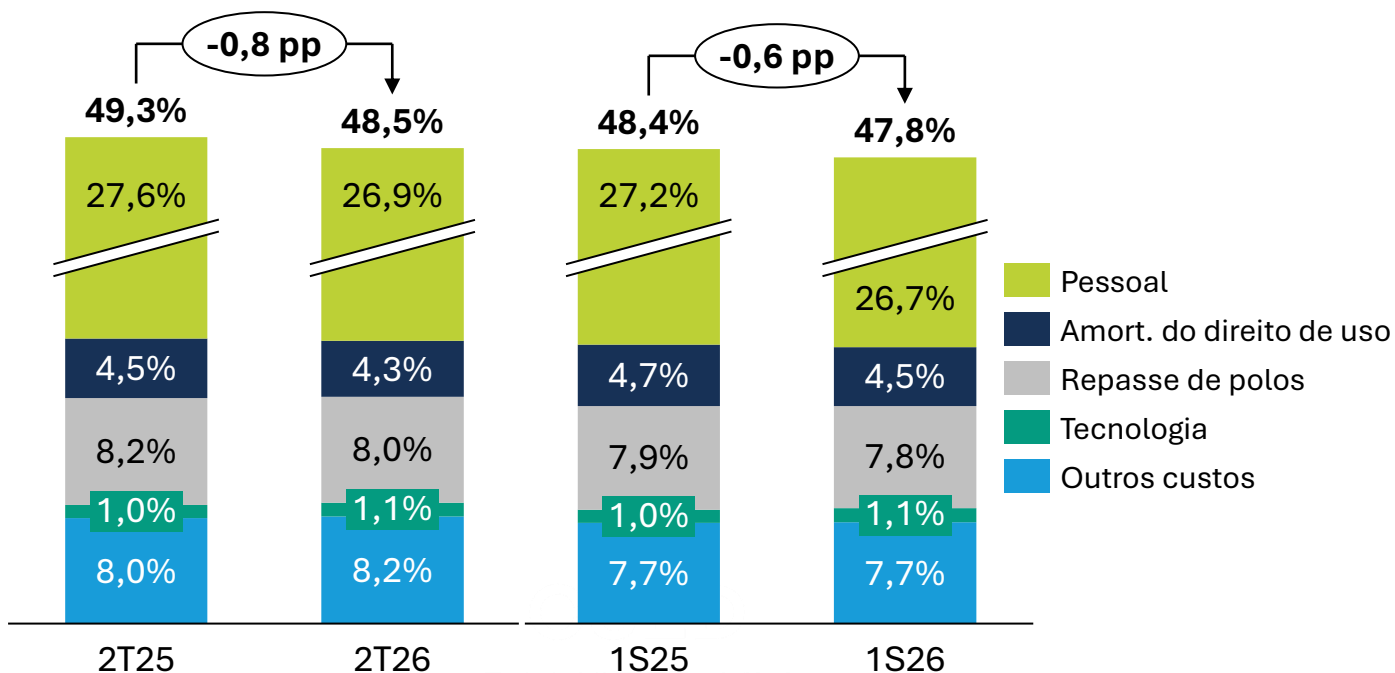
Expansão de 0,8 p.p. na margem bruta, impulsionada pelo mix e alavancagem operacional

R\$ milhões	2T26	2T25	%	1S26	1S25	%
Pessoal	(210,2)	(199,1)	5,6%	(396,1)	(378,4)	4,7%
Amortização do direito de uso	(33,4)	(32,6)	2,2%	(66,6)	(65,1)	2,4%
Repasse de polos	(62,8)	(58,8)	6,8%	(115,0)	(110,0)	4,5%
Tecnologia	(8,3)	(7,2)	15,0%	(15,9)	(14,1)	12,9%
Outros custos	(63,6)	(57,9)	9,8%	(114,5)	(106,6)	7,4%
Lucro Bruto	402,0	365,5	10,0%	774,2	718,6	7,7%
Margem Bruta	51,5%	50,7%	+84bps	52,2%	51,6%	+63bps

★ O Lucro Bruto do trimestre totalizou R\$ 402,0 milhões, representando um crescimento de 10,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem bruta de 51,5% — um aumento de 0,8 p.p. em comparação ao 2T25. Essa expansão de margem reflete, principalmente, o crescimento da base de alunos nos cursos de Medicina e Digital no mix, somado a alavancagem operacional em função da aceleração da receita do período.

★ No semestre, o Lucro Bruto foi de R\$ 774,2 milhões, valor 7,7% acima ao registrado no primeiro semestre de 2025, com uma margem de 52,2% (+0,6 p.p. vs o 1S25).

Ganho de eficiência operacional de 0,8 p.p. no 2T26 e 0,6 p.p. no 1S26 (% da ROL)



EBITDA AJUSTADO 2T26

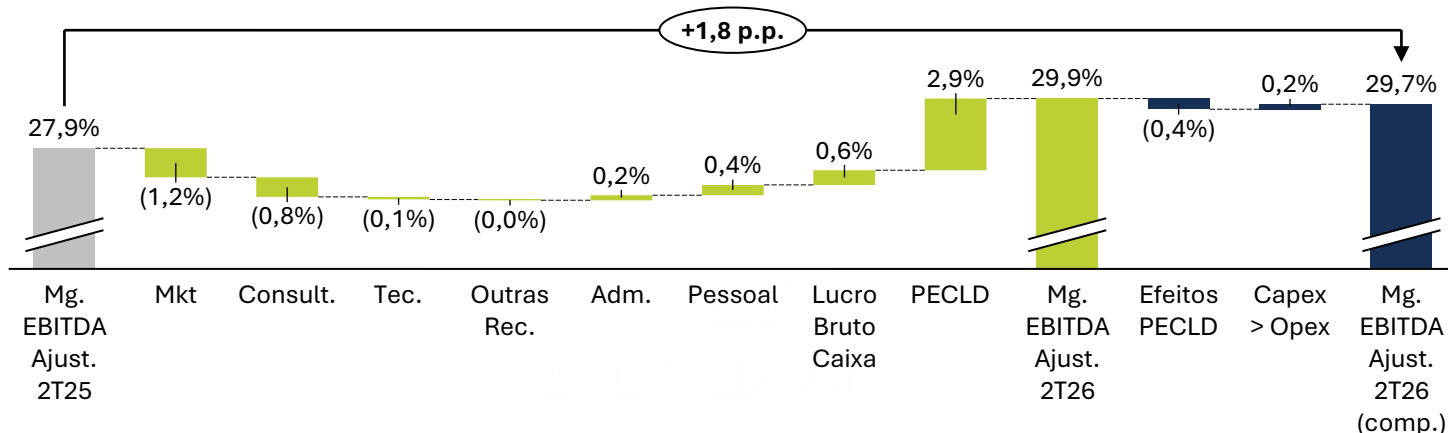
DADOS FINANCEIROS

Expansão de 2,0 p.p. na margem EBITDA ajustada do 2T26 impulsionada pela alavancagem operacional e redução da PECLD

R\$ milhões	2T26	2T25	%
Lucro Bruto	402,0	365,5	10,0%
Margem Bruta	51,5%	50,7%	+84bps
SG&A	(148,0)	(126,3)	17,2%
Pessoal	(57,7)	(56,3)	2,5%
Marketing	(37,4)	(26,0)	43,7%
Tecnologia	(21,7)	(19,2)	12,8%
Consultorias	(12,0)	(5,4)	120,8%
Administrativas	(19,2)	(19,2)	(0,2%)
PECLD	(62,4)	(78,6)	(20,6%)
% ROL	(8,0%)	(10,9%)	+290bps
D&A	73,6	65,2	12,8%
Outras receitas líquidas	8,4	8,0	5,4%
EBIT	159,9	136,1	17,5%
D&A	73,6	65,2	12,8%
EBITDA	233,5	201,3	16,0%
Margem EBITDA	29,9%	27,9%	+200bps
EBITDA ajustado	233,5	201,3	16,0%
Margem EBITDA ajust.	29,9%	27,9%	+200bps
Efeitos PECLD	(3,4)	-	n.a.
Capex > Opex	1,7	-	n.a.
EBITDA ajustado comparável	231,7	201,3	15,1%
Margem EBITDA ajust.	29,7%	27,9%	+178bps

O EBITDA do segundo trimestre totalizou R\$ 233,5 milhões, com margem de 29,9% (+2,0 p.p. vs. 2T25), como reflexo da expansão de 0,6 p.p. na margem bruta caixa, somada à redução da PECLD, que passou a representar 8,0% da receita líquida (vs. 10,9% no 2T25). A PECLD no período foi impactada positivamente pela neutralização de R\$ 15,6 milhões referente ao complemento de provisão realizado no 1T26 e negativamente em R\$ 12,2 milhões pela reclassificação

entre contas que será detalhada na página 15. Esses efeitos mais do que compensaram o aumento das despesas com Marketing e Consultorias no trimestre. Em Marketing, o aumento reflete a concentração temporal de investimentos no 2T26, em um ambiente de captação mais competitivo que tem exigido maior esforço comercial. Em Consultorias, o trimestre contemplou o último desembolso, de aproximadamente R\$ 8 milhões, referente ao pagamento de *success fee* da consultoria que vem apoiando no projeto de evolução do modelo de cobrança da Companhia e a projetos específicos com foco em eficiência, conforme sinalizado no release do 4T25. Excluindo os efeitos da PECLD e do tratamento contábil dos projetos de tecnologia o EBITDA ajustado comparável foi de R\$ 231,7 milhões, com uma margem de 29,7% (+1,8 p.p. a/a).



EBITDA AJUSTADO 1S26

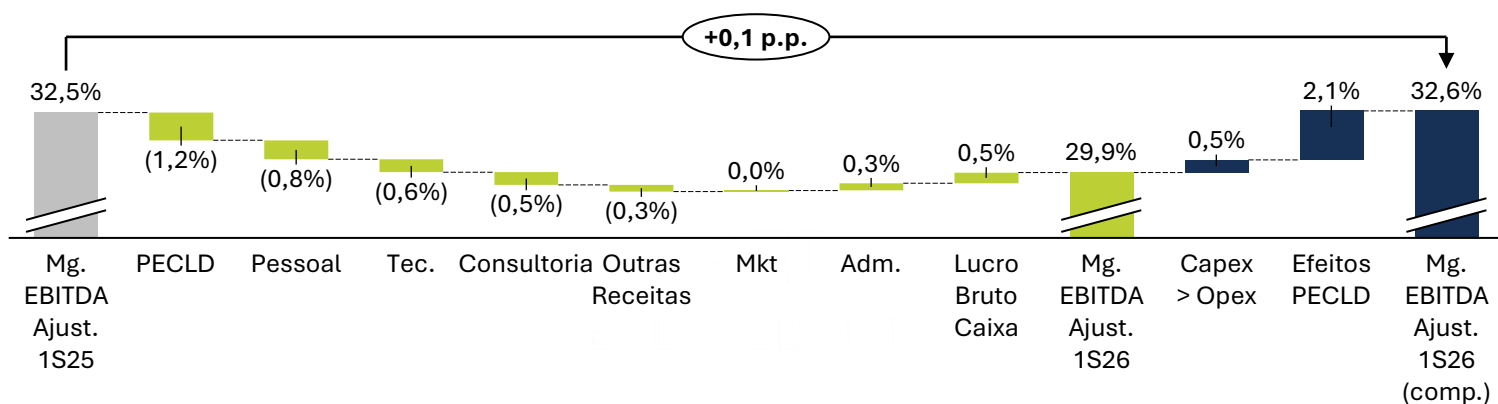
DADOS FINANCEIROS

Margem EBITDA Ajustada do 1S26 impactada pelo aumento da PECLD e dos investimentos em pessoas e tecnologia

R\$ milhões	1S26	1S25	%
Lucro Bruto	774,2	718,6	7,7%
Margem Bruta	52,2%	51,6%	+63bps
SG&A	(317,4)	(276,6)	14,8%
Pessoal	(119,3)	(100,8)	18,4%
Marketing	(100,8)	(95,4)	5,7%
Tecnologia	(42,4)	(32,1)	32,1%
Consultorias	(18,7)	(10,1)	85,7%
Administrativas	(36,3)	(38,3)	(5,3%)
PECLD	(91,4)	(69,4)	31,7%
% ROL	(6,2%)	(5,0%)	-118bps
D&A	140,3	130,6	7,4%
Outras receitas líquidas	10,6	14,0	(24,5%)
EBIT	302,3	321,1	(5,8%)
D&A	140,3	130,6	7,4%
EBITDA	442,6	451,7	(2,0%)
Margem EBITDA	29,9%	32,4%	-257bps
Despesas não recorrentes ¹	1,3	0,9	41,1%
EBITDA ajustado	443,9	452,6	(1,9%)
Margem EBITDA ajust.	29,9%	32,5%	-255bps
Efeitos PECLD	31,2	-	n.a.
Capex > Opex	8,1	-	n.a.
EBITDA ajustado comparável	483,1	452,6	6,7%
Margem EBITDA ajust.	32,6%	32,5%	+10bps

O EBITDA ajustado do primeiro semestre totalizou R\$ 443,9 milhões, com margem de 29,9% (-2,6 p.p. a/a). A variação reflete, principalmente: (i) a maior representatividade da PECLD sobre a receita líquida (+1,2 p.p.), explicada, em grande parte pela reclassificação entre contas em R\$ 12,2 milhões detalhada na próxima página (+0,8 p.p.); (ii) ao aumento em Pessoal (+0,8 p.p.), decorrente da internalização do time de tecnologia, fortalecendo

a capacidade de execução e entrega da Companhia; (iii) em Tecnologia (+0,6 p.p.), o tratamento contábil passou a refletir a natureza dos projetos com a menor vida útil econômica de soluções digitais; e (iv) em Consultorias (+0,5 p.p.), desembolso da última tranche de *success fee* relacionado ao projeto de evolução do modelo de cobrança e a projetos específicos com foco em eficiência, conforme sinalizado no release do 4T25. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela expansão da margem bruta caixa (+0,5 p.p. vs. 1S25). Excluindo os efeitos da PECLD e do tratamento contábil dos projetos de tecnologia o EBITDA ajustado comparável foi de R\$ 483,1 milhões, com uma margem de 32,6%, em linha com o 1S25.



Exercício para comparabilidade da PECLD

Como forma de trazer mais clareza e comparabilidade, realizamos abaixo a abertura dos valores que afetaram a PECLD do primeiro semestre de 2026. Conforme divulgado no release do 1T26, os ajustes relacionados à identificação dos alunos FIES e aos repasses de títulos de polos de terceiros alteraram a dinâmica de provisionamento e de reversão da PECLD, cujos efeitos acumulados no semestre estão demonstrados na tabela abaixo. Adicionalmente, no 1T26 a Companhia constituiu um complemento de PECLD decorrente do aprimoramento metodológico na estimativa de perdas, visando distribuir a provisão de forma mais uniforme ao longo do exercício. No 2T26, o complemento foi estornado, com efeito neutro no acumulado do semestre.

No 2T26, a PECLD foi também impactada negativamente em R\$ 12,2 milhões em razão de uma reclassificação entre contas, antes alocada no resultado financeiro, decorrente de aprimoramentos nos processos de conciliação das contas a receber de acordos de mensalidades vencidas há mais de 361 dias. Trata-se de efeito restrito ao trimestre, de natureza exclusivamente contábil, sem impacto no lucro líquido, no patrimônio líquido ou na demonstração dos fluxos de caixa. Caso esses ajustes tivessem sido refletidos no período comparativo de 2025, o impacto no resultado financeiro do 1S25 corresponderia a uma redução de R\$ 16,9 milhões na despesa financeira, com efeito correspondente na PECLD.

(R\$ milhões)	2T26	2T25	Var. %	1S26	1S25	Var. %
Receita Líquida	780,3	721,1	8,2%	1.482,3	1.392,9	6,4%
PECLD	(62,4)	(78,6)	(20,6%)	(91,4)	(69,4)	31,7%
% RL PECLD	(8,0%)	(10,9%)	+290bps	(6,2%)	(5,0%)	-118bps
Ajuste Alunos FIES	-	-	n.a.	7,3	-	n.a.
Ajuste Repasse Polos	-	-	n.a.	11,7	-	n.a.
Complemento PECLD	(15,6)	-	n.a.	-	-	n.a.
Reclass. Desp. Finan.	12,2	-	n.a.	12,2	-	n.a.
PECLD Comparável	(65,8)	(78,6)	(16,3%)	(60,2)	(69,4)	(13,2%)
% RL PECLD Comparável	(8,4%)	(10,9%)	+246bps	(4,1%)	(5,0%)	+92bps

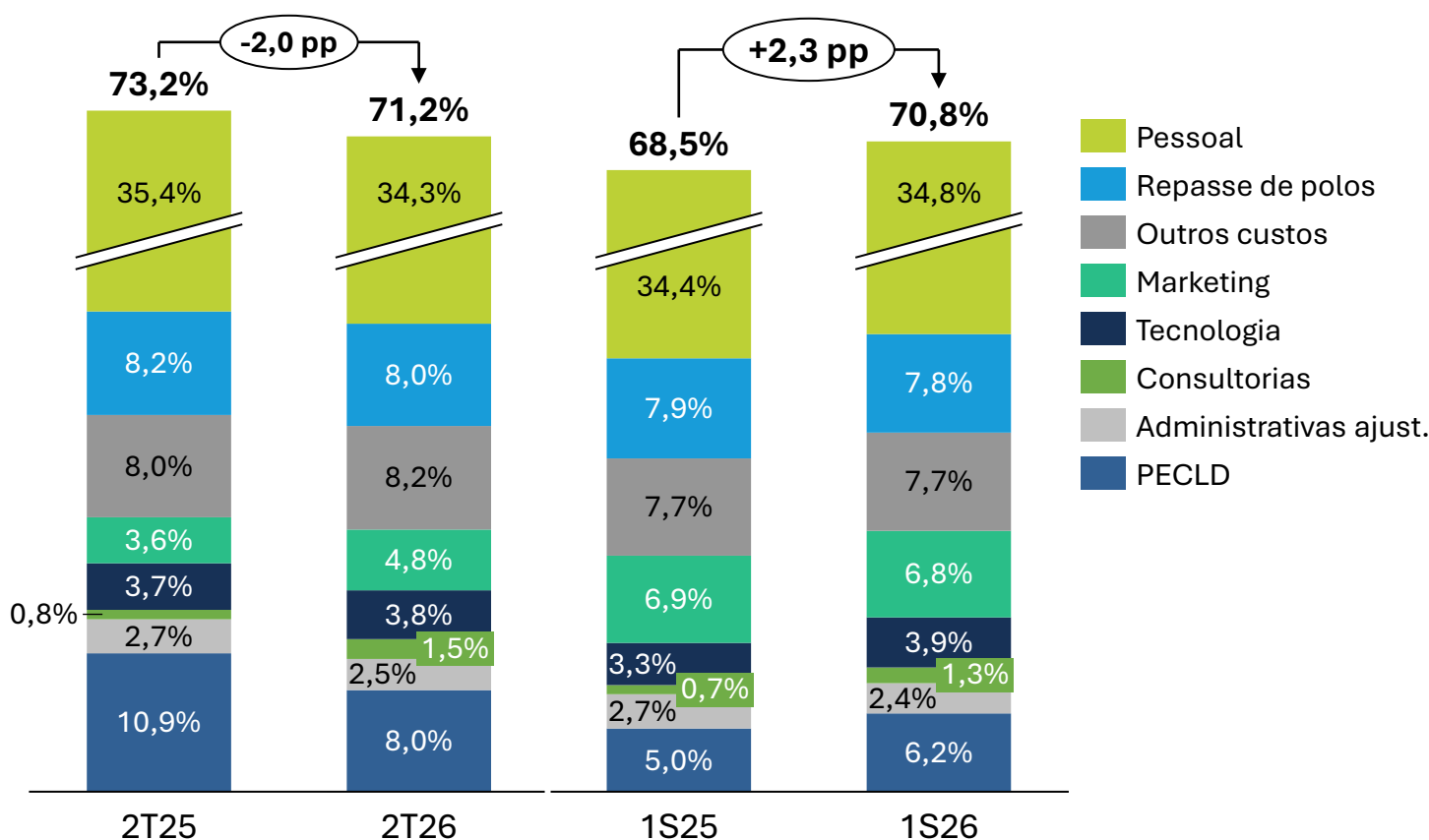
CUSTOS E DESPESAS (% ROL)

DADOS FINANCEIROS

★ No 2T26, os custos e despesas (efeito caixa¹) totalizaram 71,2% da Receita Líquida da Companhia, 2,0 p.p. abaixo do 2T25, em função da redução da PECLD e de despesas com pessoal.

★ No 1S26, os custos e despesas (efeito caixa¹) totalizaram 70,8% da Receita Líquida da Companhia, 2,3 p.p. acima do 1S25, em função do aumento da PECLD e das despesas com tecnologia, consultorias e pessoal.

Ganho de eficiência de 2,0 p.p. no 2T26



¹Custos e Despesas excluídos os efeitos de depreciação e amortização

LUCRO LÍQUIDO 2T26 & 1S26

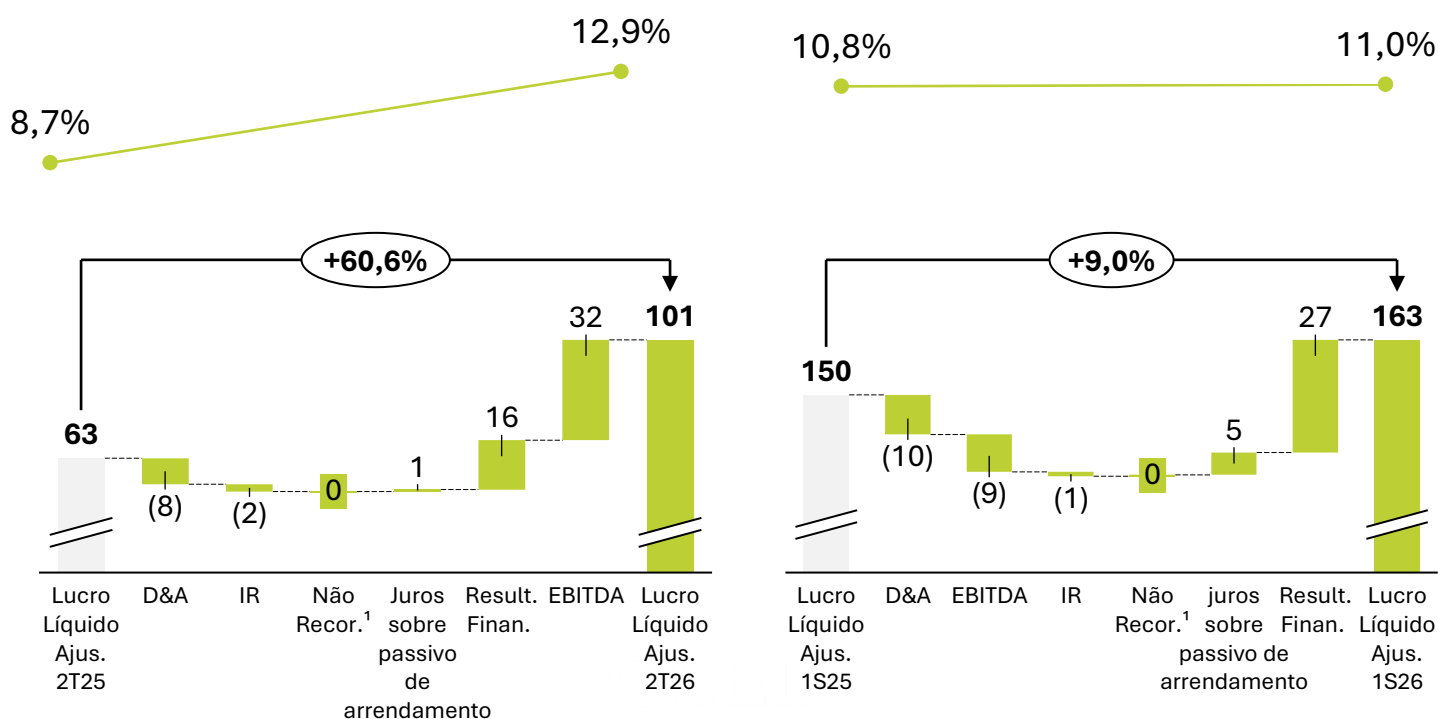
DADOS FINANCEIROS

Lucro Líquido de R\$ 100,7 milhões com margem de 12,9% no 2T26 (+4,2 pp.p vs. 2T25)

R\$ milhões	2T26	2T25	%	1S26	1S25	%
EBITDA	233,5	201,3	16,0%	442,6	451,7	(2,0%)
D&A	(73,6)	(65,2)	12,8%	(140,3)	(130,6)	7,4%
Resultado financeiro	(29,3)	(45,2)	(35,2%)	(79,1)	(106,6)	(25,8%)
Juros sobre passivo de arrendamento	(26,3)	(27,0)	(2,3%)	(53,3)	(58,7)	(9,2%)
IR	(3,6)	(1,3)	177,9%	(7,8)	(6,7)	15,6%
Lucro Líquido	100,7	62,7	60,6%	162,1	149,1	8,8%
Margem Líquida	12,9%	8,7%	+421bps	10,9%	10,7%	+24bps
Despesas não recorrentes	-	-	n.a.	1,3	0,9	41,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido ajustado*	100,7	62,7	60,6%	163,4	150,0	9,0%
Margem Líquida ajustada	12,9%	8,7%	+421bps	11,0%	10,8%	+26bps



O Lucro Líquido no segundo trimestre foi de R\$ 100,7 milhões, uma expansão de 60,6% vs. o 2T25, refletindo a melhora do desempenho operacional e do resultado financeiro - ajustados pelos efeitos de reclassificação. A redução do resultado financeiro no período é explicada, principalmente, pela revisão da estratégia de gestão de recebíveis e pela maior disciplina nas condições de renegociação com alunos inadimplentes. No 1S26, o Lucro Líquido ajustado* foi de R\$ 163,4 milhões, 9,0% acima do 1S25, com margem de 11,0% (+0,2 p.p.), refletindo a melhora do resultado financeiro, que compensou a retração de 2,6 p.p. na margem EBITDA.



■ Lucro Líquido Ajustado

● Margem Líquida ajustada

CONTAS A RECEBER 2T26

DADOS FINANCEIROS

Prazo médio de recebimento de 40 dias

R\$ milhões	2T26	2T25	%	1T26	%
Contas a receber bruto	588,7	526,5	11,8%	566,7	3,9%
AVP	(17,5)	(22,9)	(23,7%)	(21,8)	(19,9%)
PECLD	(247,9)	(247,5)	0,2%	(243,7)	1,7%
Contas a receber líquido	323,3	256,0	26,3%	301,2	7,3%
Prazo médio recebimento UDM*	40	35	+5 dias	38	+2 dias



O prazo médio de recebimento encerrou o 2T26 em 40 dias, ante 35 dias no mesmo período do ano anterior, em função da revisão da estratégia de desconto de recebíveis. Diante disso, a carteira de recebíveis de cartão de crédito passou a representar 9 dias vs. 5 dias no ano passado.

*PMR UDM: Contas a Receber/Receita Líquida dos últimos 12 meses*365

INVESTIMENTOS* 2T26 & 1S26

Investimentos focados em infraestrutura

R\$ milhões	2T26	2T25	%	1S26	1S25	%
Infraestrutura/ Tecnologia	(22,3)	(26,9)	(17,2%)	(32,5)	(39,2)	(17,0%)
Investimentos	(22,3)	(26,9)	(17,2%)	(32,5)	(39,2)	(17,0%)



Os investimentos no 2T26 foram de R\$ 22,3 milhões, valor 17,2% abaixo do 2T25. No semestre os investimentos foram de R\$ 32,5 milhões, montante 17% inferior ao 1S25.

FLUXO DE CAIXA 2T26 & 1S26

DADOS FINANCEIROS

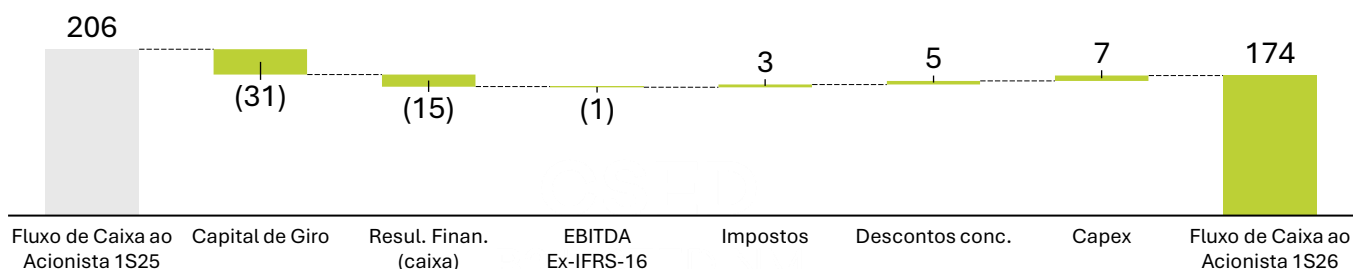
Fluxo de Caixa ao Acionista de R\$ 31,1 milhões no 2T26

R\$ milhões	2T26	2T25	%	1S26	1S25	%
Saldo de caixa no início do período	932,8	812,7	14,8%	808,2	555,3	45,5%
EBITDA	233,5	201,3	16,0%	442,6	451,7	(2,0%)
Aluguel	(58,8)	(71,0)	(17,2%)	(120,7)	(129,1)	(6,5%)
EBITDA Ex-IFRS-16	174,7	130,3	34,1%	321,9	322,6	(0,2%)
Capital de Giro	(74,0)	(83,4)	(11,2%)	(43,4)	(12,0)	n.a.
Impostos	(1,4)	(3,3)	(58,0%)	(3,3)	(6,7)	(50,8%)
Descontos concedidos	(2,6)	(7,5)	(64,6%)	(27,9)	(32,5)	(14,1%)
Fluxo de Caixa Operacional	96,6	36,1	n.a.	247,2	271,4	(8,9%)
FCO/EBITDA Ex IFRS-16	55,3%	27,7%	99,6%	76,8%	84,1%	(8,7%)
Capex	(22,3)	(26,9)	(17,2%)	(32,5)	(39,2)	(17,0%)
Fluxo de Caixa Livre	74,3	9,2	n.a.	214,7	232,3	(7,6%)
FCL/EBITDA Ex IFRS-16	42,5%	7,0%	n.a.	66,7%	72,0%	(7,3%)
Resultado financeiro (caixa)	(43,2)	(29,3)	47,5%	(40,8)	(25,8)	58,1%
Rendimentos de aplicações financeiras	29,1	24,6	18,3%	55,8	43,6	27,9%
Pagamento de juros dos empréstimos e debêntures	(72,3)	(53,9)	34,2%	(96,6)	(69,4)	39,1%
Fluxo de Caixa ao Acionista	31,1	(20,1)	n.a.	173,9	206,5	(15,8%)
FCA/EBITDA Ex IFRS-16	17,8%	(15,4%)	n.a.	54,0%	64,0%	(15,6%)
Captação de debêntures	-	-	n.a.	-	298,5	(100,0%)
Pagamento debêntures (principal)	(13,6)	(34,6)	(60,8%)	(13,6)	(55,6)	(75,6%)
Pagamento aquisição ex-acionistas	-	(19,7)	(100,0%)	(14,7)	(261,5)	(94,4%)
Pagamento parcelamentos de impostos	(7,4)	(5,3)	38,7%	(11,0)	(10,3)	6,1%
Recompra de ações / dividendos pagos	(77,0)	(77,0)	0,0%	(77,0)	(77,0)	0,0%
Geração de Caixa líquida	(66,8)	(156,7)	(57,4%)	57,7	100,6	(42,7%)
Saldo de caixa no final do período	865,9	656,0	32,0%	865,9	656,0	32,0%

R\$ milhões	2T26	2T25	%	1S26	1S25	%
Fluxo de Caixa Livre	74,3	9,2	n.a.	214,7	232,3	(7,6%)
Antecipação de recebível + despesa	(16,8)	(42,8)	(60,8%)	(16,8)	(42,8)	(60,8%)
Ativo indenizatório	(4,4)	0,8	n.a.	(4,1)	(40,8)	(89,8%)
Fluxo de Caixa Livre comparável	53,1	(32,8)	n.a.	193,8	148,7	30,3%



O Fluxo de Caixa Livre no 2T26 foi de R\$ 74,3 milhões vs. R\$ 9,2 milhões no 2T25, refletindo a melhora do EBITDA (+16,0%), a redução do Capex (-17,2%) e a melhora do capital de giro. O Fluxo de Caixa Operacional atingiu R\$ 96,6 milhões, representando 55,3% do EBITDA ex-IFRS 16 (vs. 27,7% no 2T25). O Fluxo de Caixa ao Acionista alcançou R\$ 31,1 milhões, representando 17,8% do EBITDA ex-IFRS 16. No semestre, o Fluxo de Caixa ao Acionista alcançou o montante de R\$ 173,9 milhões, representando 54% do EBITDA Ex IFRS-16.



DÍVIDA (CAIXA LÍQUIDO)

DADOS FINANCEIROS

Redução da alavancagem* para 0,8x no 2T26

R\$ milhões	2T26 (a)	2T25 (b)	(a)/(b)	1T26(c)	(a)/(c)
Caixa	(865,9)	(656,0)	32,0%	(930,8)	(7,0%)
Dívida financeira	1.355,4	1.282,3	5,7%	1.391,0	(2,6%)
Dívida aquisições	33,7	46,3	(27,3%)	32,8	2,8%
Dívida (Caixa) Financeira Líquida	523,2	672,7	(22,2%)	492,9	6,1%
Dívida liq./EBITDA ajustado UDM (Ex IFRS-16)	0,8x	1,1x	(29,0%)	0,8x	(1,1%)
Passivos de arrendamento	1.098,9	1.193,6	(7,9%)	1.121,3	(2,0%)
Dívida (Caixa) Líquida pós arrend.	1.622,1	1.866,3	(13,1%)	1.614,2	0,5%

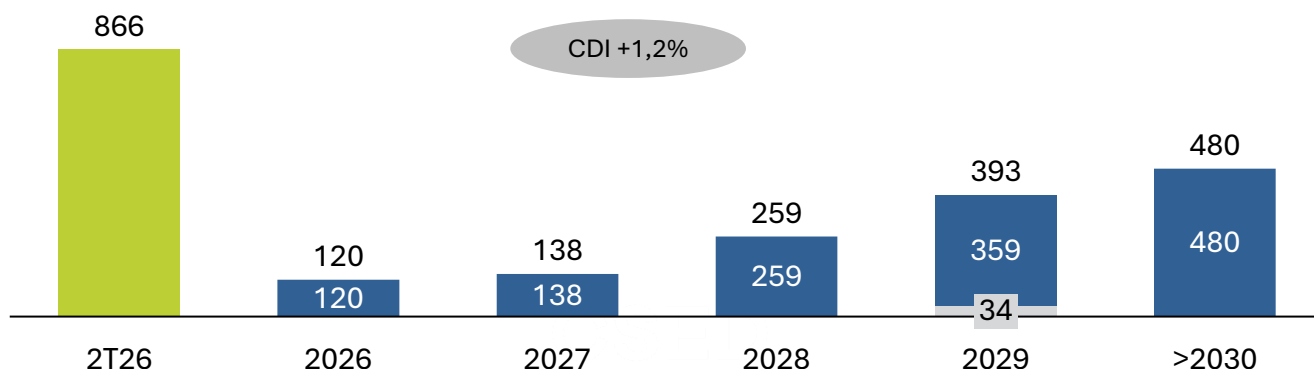
★ A Companhia encerrou o 2T26 com uma Dívida Líquida (excluindo-se o passivo de arrendamento) no valor de R\$ 523,2 milhões, em comparação a R\$ 672,7 milhões no ano anterior, representando uma queda de 22,2%. A geração de caixa do período foi o principal fator nesta redução, apesar do pagamento de R\$ 177 milhões em dividendos nos últimos 12 meses.

★ Como evento subsequente, a publicação da portaria de vagas adicionais de Medicina acionou o *earn-out* previsto no contrato de aquisição da FAPI. O desembolso estimado é de aproximadamente R\$ 185 milhões, sujeito a ajustes contratuais, a ser pago em três parcelas anuais (50%, 20% e 30%), com impacto sobre a Dívida Líquida a partir do 3T26.

★ A fim de ilustrar o perfil do endividamento da Companhia, apresentamos, abaixo, o cronograma de amortização segregado por tipo de dívida no 2T26.

Caixa e Cronograma de Amortização de Dívida

Caixa Debêntures Obrigações por Aquisições Custo Médio





APÊNDICE

CSED

B3 LISTED NM

BASE ALUNOS

APÊNDICE



BASE DE ALUNOS - MOVIMENTAÇÃO T/T

Final do Período	Total	Presencial	Digital
Saldo inicial	572	165	407
Captação	175	55	120
Evasão	(144)	(29)	(116)
Formaturas	(45)	(18)	(27)
Pós-graduação	(4)	(0)	(3)
Saldo final¹	554	173	381



BASE DE ALUNOS – POR TIPO DE MATRÍCULA

Alunos (mil)	2026.1	2025.1	A/A
Graduação Presencial	160	161	(0,6%)
Medicina	6	5	7,6%
Pós e Colégio	8	9	(9,8%)
Presencial	173	175	(0,8%)
Graduação Digital	358	379	(5,6%)
Semipresencial	68	46	48,7%
Pós e Colégio	23	31	(28,1%)
Digital	381	411	(7,3%)
Total	554	585	(5,4%)

MEDICINA

Instituição	Cidade	Vagas Anuais
FAPI	Pinhais (PR)	300
UNICID	São Paulo (SP)	276
UNIVERSIDADE POSITIVO	Curitiba (PR)	219
UNIPÊ	João Pessoa (PB)	140
UNIFRAN	Franca (SP)	100
CEUNSP	Itu (SP)	60
FSG	Caxias do Sul (RS)	60
CESUCA	Cachoeirinha (RS)	60
MÓDULO	Caraguatatuba (SP)	60
Total		1275



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

APÊNDICE



CRZ LABS

Principais Entregas 1T26

IA & DADOS

91% documentos do Ensino Médio validados automaticamente por IA
33k comprovantes de atividades complementares validados por IA por mês
50% de retenção e resolução no atendimento do aluno com IA

GOVERNANÇA & ENGENHARIA

+55% ganho de velocidade de entrega dos times de engenharia com IA como copiloto
-50% de incidentes operacionais no 1T26
-60% no tempo entre demanda e entrega de dados com modelo federado de IA

ALUNO & DOCENTE

+75% atendimentos ao aluno retidos pela IA sem necessidade de intervenção humana
4,4/5 de NPS no chatbot de atendimento ao aluno
-40% redução no custo operacional de atendimento com Central de Ajuda + chat IA

CAPTAÇÃO DIGITAL

+52% volume de inscritos 26.2 após redesign da ficha de inscrição (MoM)
+26% conversão mobile de inscritos para matriculado após responsividade
-9% na taxa de abandono na jornada de matrícula digital

Principais Entregas 2T26

CORE BUSINESS

CONVERSÃO

-3 etapas na Jornada de Inscrição
-5 dias lead time (inscrito > matriculado)
+6,1 p.p. na conversão de Matrícula

CANAIS E PLATAFORMAS

-3% análise preditiva de Evasão EaD
Chat AI no APP Duda: Suporte 24/7

ALUNO E DOCENTE

Chat tutor: -60% no tempo de resposta ao aluno
Diploma Digital em D+1 (vs. 13 dias)

BACKOFFICE

FINANCEIRO EDUCACIONAL

+75k autonegociações no APP Duda
Cobrança inteligente: 100% e-mails automatizados
99,7% de assertividade na cobrança
+5 p.p. adimplência pré vencimento

GENTE E GESTÃO

Admissão Digital Único → 10 min (vs. 43min)

POLOS E CAMPI

APÊNDICE



INFRAESTRUTURA

Final do período	2T26	2T25	Δ	%
Polos	1.388	1.655	(267)	(16,1%)
Campi	28	28	-	0,0%

EBITDA IFRS16, EBITDA PRÉ-IFRS16 E NÃO RECORRENTES

APÊNDICE



EBITDA AJUSTADO

R\$ milhões	2T26	2T25	%	1S26	1S25	%
EBITDA ajustado IFRS 16	233,5	201,3	16,0%	443,9	452,6	(1,9%)
Aluguel	(58,8)	(71,0)	(17,2%)	(120,7)	(129,1)	(6,5%)
EBITDA ajustado pré-IFRS 16	174,7	130,3	34,1%	323,2	323,5	(0,1%)
Margem EBITDA Aj. pré- IFRS 16	22,4%	18,1%	+432bps	21,8%	23,2%	-143bps



NÃO RECORRENTES

R\$ milhões	2T26	2T25	%	1S26	1S25	%
Projetos, M&A, Planejamento Estratégico e Reestruturação	-	-	n.a.	1,3	0,9	41,1%
Total não recorrentes	-	-	n.a.	1,3	0,9	41,1%

DRE

APÊNDICE

R\$ milhões	2T26	2T25	%	1S26	1S25	%
Presencial	535,9	493,2	8,7%	1.029,8	973,5	5,8%
Saúde	389,0	351,6	10,6%	752,0	693,6	8,4%
Digital	266,7	251,3	6,1%	495,3	464,1	6,7%
Receita Líquida de bolsas, cancelamentos e descontos	802,6	744,5	7,8%	1.525,1	1.437,6	6,1%
Outras receitas	3,2	3,2	0,0%	6,2	6,2	(0,6%)
Impostos	(25,1)	(26,6)	(5,6%)	(48,6)	(51,0)	(4,6%)
Receita Líquida	780,3	721,1	8,2%	1.482,3	1.392,9	6,4%
Pessoal	(210,2)	(199,1)	5,6%	(396,1)	(378,4)	4,7%
Amortização do direito de uso	(33,4)	(32,6)	2,2%	(66,6)	(65,1)	2,4%
Repasse de polos	(62,8)	(58,8)	6,8%	(115,0)	(110,0)	4,5%
Tecnologia	(8,3)	(7,2)	15,0%	(15,9)	(14,1)	12,9%
Outros custos	(63,6)	(57,9)	9,8%	(114,5)	(106,6)	7,4%
Custo	(378,3)	(355,6)	6,4%	(708,1)	(674,2)	5,0%
Lucro Bruto	402,0	365,5	10,0%	774,2	718,6	7,7%
Margem Bruta	51,5%	50,7%	+84bps	52,2%	51,6%	+63bps
SG&A	(148,0)	(126,3)	17,2%	(317,4)	(276,6)	14,8%
Pessoal	(57,7)	(56,3)	2,5%	(119,3)	(100,8)	18,4%
Marketing	(37,4)	(26,0)	43,7%	(100,8)	(95,4)	5,7%
Tecnologia	(21,7)	(19,2)	12,8%	(42,4)	(32,1)	32,1%
Consultorias	(12,0)	(5,4)	120,8%	(18,7)	(10,1)	85,7%
Administrativas	(19,2)	(19,2)	(0,2%)	(36,3)	(38,3)	(5,3%)
D&A	(40,2)	(32,5)	23,5%	(73,6)	(65,6)	12,3%
PECLD	(62,4)	(78,6)	(20,6%)	(91,4)	(69,4)	31,7%
Outras receitas, líquidas	8,4	8,0	5,4%	10,6	14,0	(24,5%)
EBIT	159,9	136,1	17,5%	302,3	321,1	(5,8%)
D&A	73,6	65,2	12,8%	140,3	130,6	7,4%
EBITDA	233,5	201,3	16,0%	442,6	451,7	(2,0%)
Margem EBITDA	29,9%	27,9%	+200bps	29,9%	32,4%	-257bps
Não recorrentes - Despesas	-	-	n.a.	1,3	0,9	41,1%
EBITDA Ajustado	233,5	201,3	16,0%	443,9	452,6	(1,9%)
Margem EBITDA Aj.	29,9%	27,9%	+200bps	29,9%	32,5%	-255bps
Resultado financeiro	(55,6)	(72,1)	(22,9%)	(132,4)	(165,3)	(19,9%)
Receita financeira	23,3	27,4	(15,0%)	60,0	50,2	19,5%
Despesa financeira	(78,9)	(99,6)	(20,7%)	(192,4)	(215,5)	(10,7%)
LAIR	104,3	64,0	63,0%	169,9	155,8	9,1%
IR	(3,6)	(1,3)	177,9%	(7,8)	(6,7)	15,6%
Lucro Líquido	100,7	62,7	60,6%	162,1	149,1	8,8%
Margem líquida	12,9%	8,7%	+421bps	10,9%	10,7%	+24bps
Despesas não recorrentes	-	-	n.a.	1,3	0,9	41,1%
Lucro Líquido ajustado	100,7	62,7	60,6%	163,4	150,0	9,0%
Margem Líquida ajust.	12,9%	8,7%	+421bps	11,0%	10,8%	+26bps

BALANÇO PATRIMONIAL

APÊNDICE

R\$ mil	2T26	2T25
Ativo Total	4.810.329	4.659.040
Ativo Circulante	1.220.317	994.728
Caixa e Equivalentes de Caixa	865.947	655.979
Contas a receber de clientes	254.547	225.139
Tributos a recuperar	23.629	19.796
Outros Ativos	76.194	93.814
Ativo Não Circulante	3.590.012	3.664.312
Ativo Realizável a Longo Prazo	258.668	188.830
Contas a receber de clientes	68.774	30.879
Depósitos judiciais	19.829	22.697
Outros Ativos	46.649	21.134
Tributos diferidos	121.224	114.120
Investimentos	44	146
Imobilizado, líquido	570.265	572.395
Direito de Uso	856.003	974.421
Intangível, líquido	1.905.032	1.928.520
R\$ mil	2T26	2T25
Passivo Total	3.134.527	3.116.177
Passivo Circulante	820.730	722.625
Debêntures	188.257	174.886
Fornecedores	160.735	79.704
Obrigações com partes relacionadas	3.905	3.712
Obrigações trabalhistas	193.015	193.648
Obrigações tributárias	64.377	59.047
Adiantamentos de clientes	44.230	62.732
Passivo de arrendamento	153.210	122.672
Obrigações por aquisição de participações societárias	-	16.003
Receita diferida	722	722
Outras contas a pagar	12.279	9.499
Passivo Não Circulante	2.313.797	2.393.552
Debêntures	1.167.154	1.107.452
Obrigações trabalhistas	2.625	1.775
Obrigações tributárias	82.941	98.487
Tributos diferidos	-	14.509
Provisão para demandas judiciais	73.477	59.469
Passivo de arrendamento	945.700	1.070.943
Obrigações por aquisição de participações societárias	33.709	30.334
Receita diferida	6.980	7.702
Outras contas a pagar	1.211	2.881
Patrimônio Líquido	1.675.802	1.542.863
Capital Social Realizado	1.203.576	1.203.576
Reservas de Capital	102.993	102.993
Reservas de Lucros	207.086	87.220
Lucros acumulados	162.147	149.074
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	4.810.329	4.659.040

FLUXO DE CAIXA

APÊNDICE

R\$ mil	2T26	2T25
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	104.289	63.968
Depreciação e amortização	39.781	32.182
Amortização do direito de uso	33.772	32.996
Amortização do custo de captação	408	427
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	932	2.111
Juros de debêntures	49.880	47.825
Juros sobre passivo de arrendamento	26.339	29.050
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	(4.342)	(134)
Provisão para demanda judicial	5.680	2.580
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	62.384	78.569
Baixa de imobilizado e intangível	221	284
Receita diferida sobre venda de imóvel	(181)	(181)
Baixa por descontinuidade de arrendamento	-	(191)
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa	319.163	289.486
Contas a receber	(80.148)	(101.638)
Depósitos judiciais	(273)	4.348
Tributos a recuperar	(3.244)	(4.242)
Outros créditos	(18.654)	(14.805)
Fornecedores	(6.053)	(35.196)
Obrigações trabalhistas	13.230	37.944
Obrigações tributárias	(4.730)	(26.403)
Adiantamentos de clientes	(44.184)	(18.198)
Outras contas a pagar	5.286	94
	180.393	131.390
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.389)	(3.304)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	179.004	128.086
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de aplicações financeiras restritas	-	-
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	-	(21.440)
Aquisição de imobilizado	(13.513)	(16.786)
Aquisição de intangível	(8.769)	(10.133)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(22.282)	(48.359)
Dividendos pagos	(77.000)	(77.000)
Pagamento de debêntures	(85.834)	(88.414)
Pagamento de arrendamento	(58.769)	(71.011)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(221.603)	(236.425)
Aumento (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(64.881)	(156.698)
Caixa e equivalentes de caixa	(64.881)	(156.698)
No início do exercício	930.828	812.677
No fim do exercício	865.947	655.979
Aumento (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	(64.881)	(156.698)

Glossário

- **A/A:** Sigla para referir ao comparativo de “ano contra ano”;
- **AVP:** Ajuste a Valor Presente;
- **BU Digital:** Unidade de Negócio Digital;
- **Bps:** Refere-se a Ponto(s) Base (*Basis Point*);
- **BU Presencial:** Unidade de Negócio Presencial;
- **BU Saúde:** Unidade de Negócio de Saúde;
- **CAPEX:** Refere-se a “*Capital Expenditure*” que significa investimento feito na operação;
- **CC:** Conceito de Curso;
- **CNPq:** Sigla para “Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico”;
- **CI:** Conceito Institucional
- **CPC:** Conceito Preliminar de Curso
- **CSED:** Cruzeiro do Sul Educacional
- **D&A:** Depreciação e Amortização;
- **Digital:** Refere-se ao Ensino Digital;
- **EBITDA (LAJIDA):** Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*);
- **EBIT (LAJIR):** Lucro Antes de Juros e Impostos (*Earnings Before Interest and Taxes*);
- **Enade:** Exame Nacional de Desempenho dos alunos
- **IA:** Inteligência Artificial
- **IDD:** Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado
- **IES:** Sigla para Instituição de Ensino Superior
- **IFRS:** Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards*);
- **IGC:** Índice Geral de Cursos
- **IR:** Imposto de Renda;
- **K:** Sigla para “Mil”;
- **KPI:** Sigla para Indicador Chave de Desempenho (*Key Performance Indicator*);
- **Lifelong learning:** Educação Continuada;
- **M&A:** Sigla para Fusões e Aquisições (*Mergers and Acquisitions*)
- **MEC:** Sigla para Ministério da Educação;
- **MM:** Sigla para “Milhões”;
- **p.p.:** Refere-se a Ponto(s) Percentual(is);
- **PECLD:** Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa;
- **PMR:** Prazo Médio de Recebimento;
- **Presencial:** Refere-se ao Ensino Presencial;
- **ROL:** Receita Operacional Líquida;
- **SG&A:** Despesas Gerais e Administrativas (*Sales, General and Administrative Expenses*);
- **UDM:** Últimos Doze Meses;
- **Vs.:** Sigla para “Versus”;
- **x:** Sigla para referir-se a “vezes”;
- **2T25:** Refere-se ao segundo trimestre de 2025;
- **2T26:** Refere-se ao segundo trimestre de 2026;
- **1S25:** Refere-se ao primeiro semestre de 2025;
- **1S26:** Refere-se ao primeiro semestre de 2026;
- **~:** Sigla para “Aproximadamente”;



Contato Relações com Investidores
dri@cruzeirodosul.edu.br

CSED
B3 LISTED NM